



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 4998894/2019 - DAUP

Senhor Diretor da Subsecretaria de Auditoria Interna,

Trata-se de indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas.

Na presente oportunidade, a C. Corte de Contas solicita esclarecimentos quanto a indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa, Quintos e Décimos por servidores ativos e inativos, elencados em planilha juntada a estes autos (doc. SEI 4998943).

Observa-se que tais indícios foram disponibilizado por meio do sistema e-Pessoal, no Módulo Indícios, aba "Aguardando Esclarecimento", cabendo a essa Unidade de Auditoria Interna atribuí-los aos gestores da SEGE, bem como das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, visto serem os órgãos responsáveis pela inserção dos esclarecimentos requeridos.

Deste modo, manifestamo-nos pelo envio do presente à SEGE, à SADM-SP e à SADM-MS, para inclusão das informações pertinentes no sistema e-Pessoal e encaminhamento das mesmas ao C. Tribunal de Contas da União.

À consideração de Vossa Senhoria.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Cristini Junior, Diretor da Divisão de Auditoria de Gestão de Pessoas**, em 08/08/2019, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4998894** e o código CRC **78160C52**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ENCAMINHAMENTO

À SEGE, SADM-SP e SADM-SP,

Encaminho a Informação DAUP 4998894, que ratifico, para conhecimento e providências.

Para conhecimento, encaminho ainda ao NUCI-SP e à SUCI-MS.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinícios Carvalho Dias**, **Diretor da Subsecretaria de Auditoria Interna**, em 09/08/2019, às 13:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5004420** e o código CRC **1461DFA9**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5004820/2019 - PRESI/DIRG/SEGE

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5004820

À DAPE para as providências, esclarecendo que no dia 13/08/2019 será realizada uma videoconferência com os demais Regionais para tratar do tema.

À DFOL para conhecimento.



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 09/08/2019, às 14:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5004820** e o código CRC **01B59013**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5004820v6



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - -
www.jfms.jus.br

DESPACHO Nº 5005699/2019 - DFORMS/SADM-MS

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5005699

Encaminhamento UAUD 5004420 e Despacho SEGE 5004820:

Ao NURE para ciência e providências junto às áreas responsáveis.

Após, retornem os autos à esta unidade.



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César da Luz Ferreira, Diretor da Secretaria Administrativa, em exercício**, em 09/08/2019, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5005699** e o código CRC **D3440627**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5005699v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
5º andar

DESPACHO Nº 5006253/2019 - DFORSP/SADM-SP

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5006253

Considerando os termos da Informação da Divisão de Auditoria de Gestão de Pessoas (4998894), a qual solicita esclarecimentos quanto a indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa, Quintos e Décimos por servidores ativos e inativos, relacionados na planilha (4998943), à UGEP/NUPA para inclusão das informações pertinentes no sistema e-Pessoal e encaminhamento das mesmas ao C. Tribunal de Contas da União.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Secretaria Administrativa da SJSP**, em 09/08/2019, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5006253** e o código CRC **D2162ABD**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5006253v3



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo
Grande - MS - www.jfms.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 5006543/2019 - NURE-MS

Da Planilha juntada no anexo 4998943, que apresenta os indícios de irregularidade identificados pelo TCU a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas, extraem-se os seguintes casos afetos a desta Seccional:

CPF	Nome	Situação Funcional	Tipo Indício	Descrição Crescente	Dias em espera	UPAG	Estado do indício
704.357.078-68	ANA MARIA SILVA E PAIVA	Aposentado	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
710.276.108-20	DULCE GUERRA	Aposentado	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
726.691.448-53	AYRES DE AQUINO GOMES	Aposentado	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
142.002.951-72	SÉRVULO BENEDITO DE FIGUEIREDO SANTOS	Aposentado	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
185.227.778-53	JOSÉ SOARES LACERDA	Aposentado	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
337.296.461-68	MARIA TEREZINHA TRIANDÓPOLIS	Aposentado	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
568.951.608-25	GERSON FORTUNA	Aposentado	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
547.809.421-87	MARCELLO MENDES DE SOUZA	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA),	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO

			Quintos/Décimos	indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006			
159.766.452-91	ANTONINHO BRUSCHI	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
199.950.169-15	SANDRA CRISTINA ARAÚJO FEITOSA	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
264.641.873-68	JOSÉ AILTON PINTO DE MESQUITA FILHO	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
286.212.129-00	MARIA ROSA BURZYNSKI	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
356.648.861-53	VALDECI EURAMES BARBOSA	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
432.164.201-91	FÚLVIO LUIZ DE FREITAS BARROS	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
464.911.201-04	ANA MÁRCIA BORGES GOMES	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
474.948.671-04	ROSÁLIA RITA MONTEIRO DE ALMEIDA	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
079.775.758-92	SUELI CRISTINA DOS SANTOS OLIVEIRA	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e Quintos/Décimos	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO
100.087.888-04	RENATA APARECIDA ROSS YOKOVAMA BEDEIRA	Estatutário	Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade	43 dias	SJMS/SUFP	ENCAMINHADO PARA

04	RODRIGUES PEREIRA		Atividade Externa e Quintos/Décimos	Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006		ESCLARECIMENTO
----	-------------------	--	-------------------------------------	---	--	----------------

À SUPE e SUFP, para as providências, esclarecendo que no dia 13/08/2019 será realizada uma videoconferência com o TRF3R, SJSP e demais Regionais, para tratar do tema.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck**, **Diretor(a) do Núcleo de Recursos Humanos**, em 09/08/2019, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5006543** e o código CRC **35847981**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5006543v4



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
3º andar

INFORMAÇÃO Nº 5008679/2019 - NUPA

Sra. Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Informo a Vossa Senhoria que a Lei nº 11.416/2006 dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e, em seu artigo 5º e 6º prevê:

"Art. 5º Integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário da União as Funções Comissionadas, escalonadas de FC-1 a FC-6, e os Cargos em Comissão, escalonados de CJ-1 a CJ-4, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento.

§ 1º Cada órgão destinará, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União, podendo designar-se para as restantes carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos, observados os requisitos de qualificação e de experiência previstos em regulamento.

§ 2º As funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação superior.

§ 3º Consideram-se funções comissionadas de natureza gerencial aquelas em que haja vínculo de subordinação e poder de decisão, especificados em regulamento, exigindo-se do titular participação em curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão.

§ 4º Os servidores designados para o exercício de função comissionada de natureza gerencial que não tiverem participado de curso de desenvolvimento gerencial oferecido pelo órgão deverão fazê-lo no prazo de até um ano da publicação do ato, a fim de obterem a certificação.

§ 5º A participação dos titulares de funções comissionadas de que trata o § 4º deste artigo em cursos de desenvolvimento gerencial é obrigatória, a cada 2 (dois) anos, sob a responsabilidade dos respectivos órgãos do Poder Judiciário da União.

§ 6º Os critérios para o exercício de funções comissionadas de natureza não gerencial serão estabelecidos em regulamento.

§ 7º Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos cargos em comissão, a que se refere o **caput** deste artigo, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, serão destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal, na forma prevista em regulamento.

§ 8º Para a investidura em cargos em comissão, ressalvadas as situações constituídas, será exigida formação superior, aplicando-se o disposto nos §§ 3º, 4º e 5º deste artigo quanto aos titulares de cargos em comissão de natureza gerencial.

Art. 6º No âmbito da jurisdição de cada tribunal ou juízo é vedada a nomeação ou designação, para os cargos em comissão e funções comissionadas, de cônjuge, companheiro, parente ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros e juízes vinculados, salvo a de ocupante de cargo de provimento efetivo das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário, caso em

que a vedação é restrita à nomeação ou designação para servir perante o magistrado determinante da incompatibilidade.

Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento de função comissionada e cargo em comissão usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:

111121 OPÇÃO FC 01
111122 OPÇÃO FC 02
111123 OPÇÃO FC 03
111124 OPÇÃO FC 04
111125 OPÇÃO FC 05
111126 OPÇÃO FC 06
111127 OPÇÃO CJ 01
111128 OPÇÃO CJ 02
111129 OPÇÃO CJ 03
121121 PROVENTO OPÇÃO FC 01
121122 PROVENTO OPÇÃO FC 02
121123 PROVENTO OPÇÃO FC 03
121124 PROVENTO OPÇÃO FC 04
121125 PROVENTO OPÇÃO FC 05
121126 PROVENTO OPÇÃO FC 06
121127 PROVENTO OPÇÃO CJ 01
121128 PROVENTO OPÇÃO CJ 02
121129 PROVENTO OPÇÃO CJ 03

Com relação à Gratificação de Atividade Externa - GAE, a Lei nº 11.416/2006, em seu artigo 16 prevê:

"Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

Art. 17. Fica instituída a Gratificação de Atividade de Segurança - GAS, devida exclusivamente aos ocupantes dos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário referidos no § 2º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.(destacado)

§ 3º É obrigatória a participação em programa de reciclagem anual, conforme disciplinado em regulamento, para o recebimento da gratificação prevista no **caput** deste artigo."

Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento da Gratificação de Atividade Externa - GAE usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:

112100 GAE - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA
121135 PROVENTO GAE

Com relação à incorporação de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI, a lei nº 8.112/90, em seu artigo 62-A prevê:

"Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais."

Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:

116031 VPNI 01 LEI 9527/97
116032 VPNI 02 LEI 9527/97
116033 VPNI 03 LEI 9527/97
116034 VPNI 04 LEI 9527/97
116035 VPNI 05 LEI 9527/97
116036 VPNI 06 LEI 9527/97
116037 VPNI 07 LEI 9527/97
116038 VPNI 08 LEI 9527/97
116039 VPNI 09 LEI 9527/97
122061 PROVENTO VPNI 01 LEI 9527/97
122062 PROVENTO VPNI 02 LEI 9527/97
122063 PROVENTO VPNI 03 LEI 9527/97
122064 PROVENTO VPNI 04 LEI 9527/97
122065 PROVENTO VPNI 05 LEI 9527/97
122066 PROVENTO VPNI 06 LEI 9527/97
122067 PROVENTO VPNI 07 LEI 9527/97
122068 PROVENTO VPNI 08 LEI 9527/97
122069 PROVENTO VPNI 09 LEI 9527/97

Ante o exposto, esclareço que nenhum servidor desta Seção Judiciária recebe rubricas de Função Comissionada ou Cargo em Comissão cumulativamente com a rubrica de Gratificação de Atividade Externa - GAE.

O apontamento que consta nos indícios não procede, visto que as

rubricas pagas cumulativamente com a Gratificação de Atividade Externa - GAE **são de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI e NÃO de exercício de Função Comissionada ou Cargo em Comissão.**

Informo a Vossa Senhoria que os esclarecimentos acima já foram feitos no *site* daquela Colenda Corte de Contas.

Elevo à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Rogério Ferreira**, **Supervisor da Seção de Inativos**, em 14/08/2019, às 19:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Chiaratto Cavalcante**, **Supervisor da Seção de Ativos**, em 15/08/2019, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Breve**, **Diretor do Núcleo de Folha de Pagamento**, em 15/08/2019, às 12:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5008679** e o código CRC **CDAD817C**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
3º andar

DESPACHO Nº 5009057/2019 - DFORSP/SADM-SP/UGEP/NUPA

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5009057

Sra. Diretora da Secretaria Administrativa

Em atenção ao Despacho SADM-SP 5006253, encaminho a Informação NUPA 5008679.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Piesco De Melo**,
Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SJSP, em
15/08/2019, às 12:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **5009057** e o código CRC **3A096C92**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5009057v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
3º andar

DESPACHO Nº 5009069/2019 - DFORSP/SADM-SP/UGEP/NUPA

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5009069

Sr. Diretor da Subsecretaria de Auditoria Interna do T. R. F. da 3ª
Região

Em atenção ao Encaminhamento UAUD 5004420, encaminho a
Vossa Senhoria a Informação NUPA 5008679.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Secretaria Administrativa da SJSP**, em 15/08/2019, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5009069** e o código CRC **AC9E54AB**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5009069v3



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 5020401/2019 - DAPE

Em atendimento ao Despacho SEGE 5004820, informo que o caso de responsabilidade desta Divisão, constante da planilha de indícios do TCU (4998943), é referente à servidora aposentada Valdete Muniz Lucas, cuja descrição é:

"Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV. PROVISÓRIO VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROV. PROVIS GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006"

Cumprе esclarecer que o art. 16, § 2.º, da Lei n.º 11.416/2006 dispõe o seguinte, *in verbis*:

"(...)

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

(...)

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

"(...)"

(grifamos)

Ante o exposto, cumpre esclarecer que, diferentemente do apontado pela Corte de Contas, a legislação em referência veda apenas a acumulação da GAE com o exercício de função comissionada/cargo em comissão, não fazendo referência à vantagem dos quintos (atual vantagem pessoal nominalmente identificada).

Era o que tinha a informar.

À superior consideração.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Montagnolli, Diretor da Divisão de Aposentadorias e Pensões**, em 14/08/2019, às 17:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5020401** e o código CRC **90A0222A**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
3º andar

INFORMAÇÃO Nº 5040922/2019 - NUPA

Sra. Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Em atenção à Informação DAUP 4998894 e em cumprimento ao Despacho SADM 5006253, este Núcleo de Folha de Pagamento prestou a Informação NUPA 5008679 esclarecendo quais referiam-se ao exercício de função comissionada e quais rubricas referiam-se à incorporação de frações de quintos de função comissionada transformadas em VPNI, de modo a esclarecer que não havia recebimento cumulativo de função comissionada FC-05 com a Gratificação de Atividade Externa - GAE. Tais esclarecimentos foram prestados caso a caso no sistema e-Pessoal no *site* do Tribunal de Contas da União.

Todavia, na data de 21/08/2019, em consulta ao referido sistema, verificamos que os indícios voltaram a constar, agora com uma explicação mais detalhada por parte do T. C. U. em relação à forma de apuração dos indícios, que envolve a natureza da função comissionada de executante de mandados e sua incorporação de fração de quintos transformada em VPNI, o que, s.m.j., foge à competência deste Núcleo de Folha de Pagamento.

Ante o exposto, elevo à consideração superior, sugerindo, s.m.j., que o presente processo seja encaminhado à área competente para que sejam prestados os esclarecimentos no presente processo e no sistema e-Pessoal no *site* do Tribunal de Contas da União, bem assim para outras providências cabíveis ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Breve, Diretor do Núcleo de Folha de Pagamento**, em 22/08/2019, às 13:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5040922** e o código CRC **7C6B2976**.

Extrato individualizado de indício

Tipo de indício	CPF	Nome	Descrição
Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e VPNI(Quintos ou Décimos) decorrentes da função comissionada FC-5 que era paga indistintamente a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador	819.102.158-72	GERALDO PAULO PEREIRA DE DEUS	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica VPNI 05 LEI 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica GAE-GRAT.ATIV.EXTERNA), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006

Critério: Para se apurar corretamente este indício, é importante verificar se os quintos/décimos incorporados (VPNI) decorrem da função comissionada FC-5 que, não obstante o seu "nomen juris", era paga indistintamente a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, caracterizando assim sua natureza jurídica de gratificação (e não de função comissionada), não sendo, portanto, passível de gerar a incorporação de quintos. Se a VPNI decorrer dessa função FC-5, o indício está caracterizado, sendo obrigatório ao servidor optar pela GAE ou por essa vantagem. Se a VPNI decorrer de outras funções comissionadas, a situação é regular.

Informações dos Órgãos Federais

Unidade Pagadora	Situação funcional	Matrícula	Cargo	Data de ingresso	Data de inatividade	Data de Óbito
SJSP/NUFO	Estatutário	1015				

Informações dos Órgãos Estaduais/Municipais

Órgão	Município	UJ	Situação funcional	Identificação	Cargo	Data de efetivo exercício	Data da inatividade	Data do óbito	Situação	Processo

Situação dos Indícios por órgão envolvido

Órgão	Situação do indício
Tribunal Regional Federal Da 3ª Região	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO

Histórico de esclarecimentos

Avaliação do órgão	Observações adicionais	Fundamentos legais e administrativos anexados	Documentos comprobatórios anexados	Última operação
O indício não procede pois o servidor/beneficiário não se encontra nessa	Senhor Auditor Informo a Vossa Senhoria que a Lei nº 11.416/2006 dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e, em seu artigo 5º e 6º prevê as Funções Comissionadas e		- Lei nº 11.416.pdf - Rubricas GAE-	14/08/2019 - 18:08hs. - Encaminhamento de esclarecimento por RENATA

situação	<p>Cargos em Comissão que integram os Quadros de Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário. Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento de função comissionada e cargo em comissão usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:</p> <p>111121 OPÇÃO FC 01 111122 OPÇÃO FC 02 111123 OPÇÃO FC 03 111124 OPÇÃO FC 04 111125 OPÇÃO FC 05 111126 OPÇÃO FC 06 111127 OPÇÃO CJ 01 111128 OPÇÃO CJ 02 111129 OPÇÃO CJ 03 121121 PROVENTO OPÇÃO FC 01 121122 PROVENTO OPÇÃO FC 02 121123 PROVENTO OPÇÃO FC 03 121124 PROVENTO OPÇÃO FC 04 121125 PROVENTO OPÇÃO FC 05 121126 PROVENTO OPÇÃO FC 06 121127 PROVENTO OPÇÃO CJ 01 121128 PROVENTO OPÇÃO CJ 02 121129 PROVENTO OPÇÃO CJ 03 A mesma Lei nº 11.416/2006, em seu artigo 16, institui a Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário especialidade Execução de Mandados (Oficial de Justiça), sendo que, no § 2º do referido artigo, determina que é vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão. Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento da Gratificação de Atividade Externa - GAE usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:</p> <p>112100 GAE - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA 121135 PROVENTO GAE Com relação à incorporação de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI, a lei nº 8.112/90, em seu artigo 62-A, caput, prevê: "Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.;"</p> <p>Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:</p> <p>116031 VPNI 01 LEI 9527/97 116032 VPNI 02 LEI 9527/97 116033 VPNI 03 LEI 9527/97 116034 VPNI 04 LEI 9527/97 116035 VPNI 05 LEI 9527/97 116036 VPNI 06 LEI 9527/97 116037 VPNI 07 LEI 9527/97 116038 VPNI 08 LEI 9527/97 116039 VPNI 09 LEI 9527/97 122061 PROVENTO VPNI 01 LEI 9527/97 122062 PROVENTO VPNI 02 LEI 9527/97 122063 PROVENTO VPNI 03 LEI 9527/97 122064 PROVENTO VPNI 04 LEI 9527/97 122065 PROVENTO VPNI 05 LEI 9527/97 122066 PROVENTO VPNI 06 LEI 9527/97 122067 PROVENTO VPNI 07 LEI 9527/97 122068 PROVENTO VPNI 08 LEI 9527/97 122069 PROVENTO VPNI 09 LEI 9527/97 Ante o exposto, esclareço que nenhum servidor desta Seção Judiciária recebe rubricas de Função Comissionada ou Cargo em Comissão cumulativamente com a rubrica de Gratificação de Atividade Externa - GAE. O apontamento que consta nos indícios não procede, visto que as rubricas pagas cumulativamente com a</p>		FC.05-VPNI05.pdf	CHIARATTO CAVALCANTE
----------	---	--	--	-------------------------

	Gratificação de Atividade Externa - GAE são de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI e NÃO de exercício de Função Comissionada ou Cargo em Comissão.			
--	---	--	--	--

Mês/ano de referência da folha de pagamento

Data Folha
01/01/2019
01/02/2019

Indícios Relacionados

Tipo de indício	Descrição
-----------------	-----------

Manifestações do TCU

Comentário	Data/Hora
Favor verificar se as incorporações de quintos/décimos decorrem da FC-5 que era paga a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador. Em caso afirmativo, a situação é irregular. Se o pagamento da VPNI referir-se a outra função comissionada exercida no passado, a situação é regular.	16/08/2019 - 16:52

Procedimentos de apuração sugeridos

Procedimento	Critério
1) Oficiar o servidor para que se manifesta sobre o indício, garantindo o contraditório e ampla defesa. 2) Se confirmadas as condições apontadas no indício, orientar o servidor para que opte por um ou outra parcela remuneratória.	Para se apurar corretamente este indício, é importante verificar se os quintos/décimos incorporados (VPNI) decorrem da função comissionada FC-5 que, não obstante o seu "nomen juris", era paga indistintamente a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, caracterizando assim sua natureza jurídica de gratificação (e não de função comissionada), não sendo, portanto, passível de gerar a incorporação de quintos. Se a VPNI decorrer dessa função FC-5, o indício está caracterizado, sendo obrigatório ao servidor optar pela GAE ou por essa vantagem. Se a VPNI decorrer de outras funções comissionadas, a situação é regular.

Este documento foi gerado pelo sistema e-pessoal, módulo de Indício, em 22/08/2019 às 13:42

Extrato individualizado de indício

Tipo de indício	CPF	Nome	Descrição
Acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa e VPNI(Quintos ou Décimos) decorrentes da função comissionada FC-5 que era paga indistintamente a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador	693.065.248-20	PAULO DE FATIMA DA SILVA	Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROVENTO GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006

Crítério: Para se apurar corretamente este indício, é importante verificar se os quintos/décimos incorporados (VPNI) decorrem da função comissionada FC-5 que, não obstante o seu "nomen juris", era paga indistintamente a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, caracterizando assim sua natureza jurídica de gratificação (e não de função comissionada), não sendo, portanto, passível de gerar a incorporação de quintos. Se a VPNI decorrer dessa função FC-5, o indício está caracterizado, sendo obrigatório ao servidor optar pela GAE ou por essa vantagem. Se a VPNI decorrer de outras funções comissionadas, a situação é regular.

Informações dos Órgãos Federais

Unidade Pagadora	Situação funcional	Matrícula	Cargo	Data de ingresso	Data de inatividade	Data de Óbito
SJSP/NUFO	Aposentado	1069				

Informações dos Órgãos Estaduais/Municipais

Órgão	Município	UJ	Situação funcional	Identificação	Cargo	Data de efetivo exercício	Data da inatividade	Data do óbito	Situação	Processo
-------	-----------	----	--------------------	---------------	-------	---------------------------	---------------------	---------------	----------	----------

Situação dos Indícios por órgão envolvido

Órgão	Situação do indício
Tribunal Regional Federal Da 3ª Região	ENCAMINHADO PARA ESCLARECIMENTO

Histórico de esclarecimentos

Avaliação do órgão	Observações adicionais	Fundamentos legais e administrativos anexados	Documentos comprobatórios anexados	Última operação
O indício não procede pois o servidor/beneficiário não se encontra nessa situação	Sr. auditor Informo a Vossa Senhoria que a Lei nº 11.416/2006 dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União e, em seu artigo 5º e 6º prevê as Funções Comissionadas e Cargos em Comissão que integram os Quadros de		-Rubricas PROVENTO GAE-FC.05-VPNI05.pdf	14/08/2019 - 19:07hs. - Encaminhamento de esclarecimento por FLAVIO ROGERIO FERREIRA

	<p>Pessoal dos órgãos do Poder Judiciário. Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento de função comissionada e cargo em comissão usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:</p> <p>111121 OPÇÃO FC 01 111122 OPÇÃO FC 02 111123 OPÇÃO FC 03 111124 OPÇÃO FC 04 111125 OPÇÃO FC 05 111126 OPÇÃO FC 06 111127 OPÇÃO CJ 01 111128 OPÇÃO CJ 02 111129 OPÇÃO CJ 03 121121 PROVENTO OPÇÃO FC 01 121122 PROVENTO OPÇÃO FC 02 121123 PROVENTO OPÇÃO FC 03 121124 PROVENTO OPÇÃO FC 04 121125 PROVENTO OPÇÃO FC 05 121126 PROVENTO OPÇÃO FC 06 121127 PROVENTO OPÇÃO CJ 01 121128 PROVENTO OPÇÃO CJ 02 121129 PROVENTO OPÇÃO CJ 03</p> <p>A mesma Lei nº 11.416/2006, em seu artigo 16, institui a Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário especialidade Execução de Mandados (Oficial de Justiça), sendo que, no § 2º do referido artigo, determina que é vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão. Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento da Gratificação de Atividade Externa - GAE usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são: 112100 GAE - GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXTERNA 121135 PROVENTO GAE</p> <p>Com relação à incorporação de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI, a lei nº 8.112/90, em seu artigo 62-A, caput, prevê: "Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998."</p> <p>Conforme plano de rubricas do SISUR do Conselho da Justiça Federal, as rubricas para pagamento de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI usadas na folha de pagamento desta Seção Judiciária são:</p> <p>116031 VPNI 01 LEI 9527/97 116032 VPNI 02 LEI 9527/97 116033 VPNI 03 LEI 9527/97 116034 VPNI 04 LEI 9527/97 116035 VPNI 05 LEI 9527/97 116036 VPNI 06 LEI 9527/97 116037 VPNI 07 LEI 9527/97 116038 VPNI 08 LEI 9527/97 116039 VPNI 09 LEI 9527/97 122061 PROVENTO VPNI 01 LEI 9527/97 122062 PROVENTO VPNI 02 LEI 9527/97 122063 PROVENTO VPNI 03 LEI 9527/97 122064 PROVENTO VPNI 04 LEI 9527/97 122065 PROVENTO VPNI 05 LEI 9527/97 122066 PROVENTO VPNI 06 LEI 9527/97 122067 PROVENTO VPNI 07 LEI 9527/97 122068 PROVENTO VPNI 08 LEI 9527/97 122069 PROVENTO VPNI 09 LEI 9527/97</p> <p>Ante o exposto, esclareço que nenhum servidor desta Seção Judiciária recebe rubricas de Função Comissionada ou Cargo em Comissão cumulativamente com a rubrica de Gratificação de Atividade Externa - GAE. O apontamento que consta nos indícios não procede, visto que as rubricas pagas cumulativamente com a Gratificação de Atividade Externa - GAE são de</p>		<p>- -Lei nº 11.416.pdf</a?</p>	
--	---	--	------------------------------------	--

	parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI e NÃO de exercício de Função Comissionada ou Cargo em Comissão.			
--	--	--	--	--

Mês/ano de referência da folha de pagamento

Data Folha
01/01/2019
01/02/2019

Indícios Relacionados

Tipo de indício	Descrição
-----------------	-----------

Manifestações do TCU

Comentário	Data/Hora
Favor verificar se as incorporações de quintos/décimos decorrem da FC-5 que era paga a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador. Em caso afirmativo, a situação é irregular. Se o pagamento da VPNI referir-se a outra função comissionada exercida no passado, a situação é regular.	16/08/2019 - 16:52

Procedimentos de apuração sugeridos

Procedimento	Critério
1) Oficiar o servidor para que se manifesta sobre o indício, garantindo o contraditório e ampla defesa. 2) Se confirmadas as condições apontadas no indício, orientar o servidor para que opte por um ou outra parcela remuneratória.	Para se apurar corretamente este indício, é importante verificar se os quintos/décimos incorporados (VPNI) decorrem da função comissionada FC-5 que, não obstante o seu "nomen juris", era paga indistintamente a todos os ocupantes do cargo efetivo de Analista Judiciário, especialidade Oficial de Justiça Avaliador, caracterizando assim sua natureza jurídica de gratificação (e não de função comissionada), não sendo, portanto, passível de gerar a incorporação de quintos. Se a VPNI decorrer dessa função FC-5, o indício está caracterizado, sendo obrigatório ao servidor optar pela GAE ou por essa vantagem. Se a VPNI decorrer de outras funções comissionadas, a situação é regular.

Este documento foi gerado pelo sistema e-pessoal, módulo de Indício, em 22/08/2019 às 13:48



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
3º andar

DESPACHO Nº 5042367/2019 - DFORS/SDM-SP/UGEP/NUPA

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5042367

Em atenção à Informação DAUP 4998894 e em cumprimento ao Despacho SDM 5006253, bem assim considerando a Informação NUPA 5040922 e os exemplos de indícios de servidor ativo (5042348) e inativo (5042357) dos diversos casos existentes no sistema e-Pessoal no *site* do Tribunal de Contas da União, ao Núcleo de Administração Funcional para que sejam prestados os esclarecimentos no presente processo e no sistema e-Pessoal, bem assim para outras providências cabíveis ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Piesco De Melo**,
Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SJSP, em
22/08/2019, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **5042367** e o código CRC **AA50800C**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 5054608/2019 - DFOL

Senhora Diretora,

Trata-se de encaminhamento da Subsecretaria de Auditoria Interna, docs. 4998894 e 5004420, solicitando a inclusão de informações no sistema e-Pessoal do E. TCU, em decorrência da solicitação de *“esclarecimentos quanto a indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa, Quintos e Décimos por servidores ativos e inativos, elencados em planilha juntada a estes autos (doc. SEI 4998943).”*.

Observa ainda, a UAUD/DAUP, que *“tais indícios foram disponibilizado (sic) por meio do sistema e-Pessoal, no Módulo Indícios, aba “Aguardando Esclarecimento”, cabendo a essa Unidade de Auditoria Interna atribuí-los aos gestores da SEGE, bem como das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, visto serem os órgãos responsáveis pela inserção dos esclarecimentos requeridos.”*, doc. SEI 4998894.

O expediente foi encaminhado, para conhecimento e providências, à SEGE, SADM-SP e SADM-SP, conforme doc. SEI 5004420.

Nos termos do Despacho SEGE 5004820, o expediente foi remetido à DAPE para providências e à DFOL, informando a realização de videoconferência, no dia 13/08/2019, com os demais Regionais para tratar do tema.

Conforme Informação DAPE 5020401, consta do relatório TCU a indicação de *“Acumulação ilegal de Quintos ou Décimos (rubrica PROV. PROVISÓRIO VPNI 05 L 9527/97) com a Gratificação de Atividade Externa (rubrica PROV. PROVIS GAE), indicando ofensa ao art. 16 da Lei 11.416/2006”*.

A referida VPNI tem como fundamento legal a Lei nº 9.527/1997.

A VPNI – Vantagem Pessoal nominalmente Identificada – decorreu, em um primeiro momento, da extinção da incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referiam os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911/1994, promovida pela Lei nº 9.527/1997, conforme verificamos em seu art. 15 e §§, a seguir reproduzidos:

“ Art. 15. Fica extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os [arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994](#).

§ 1º A importância paga em razão da incorporação a que se refere este artigo passa a constituir, a partir de 11 de novembro de 1997, vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º É assegurado o direito à incorporação ou atualização de parcela ao servidor que, em 11 de novembro de 1997, tiver cumprido todos os requisitos legais para a concessão ou atualização a ela referente.”

Nos termos do §1º supra, a vantagem incorporada é extinta (art.15, caput) e “passa a constituir, a partir de 11 de novembro de 1997, **vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais**”.(destaquei).

Posteriormente, com a edição da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, foi incluído o art. 62-A, na Lei nº 8112/90, com a seguinte redação:

“Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os [arts. 3º e 10 da Lei no 8.911, de 11 de julho de 1994](#), e o [art. 3º da Lei no 9.624, de 2 de abril de 1998](#). [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001\)](#)”

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001\)](#)”

Neste sentido, ressaltamos que a parcela remuneratória classificada como PROV. PROVISÓRIO VPNI 05 L 9527/97, é a decorrente da aplicação dos referidos dispositivos legais, constituindo, neste sentido, vantagem pessoal nominalmente identificada, e não mais quintos/décimos, em decorrência da extinção/transformação de tais parcelas incorporadas.

Ainda, no que se refere à percepção da GAE por servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão, a questão foi objeto de apreciação pelo E. Conselho da Justiça Federal - nos autos dos processos PA 2009.16.274, CJF-ADM-2013/00012 e CJF-PPP-2015/00006 - no exercício da supervisão orçamentária e administrativa da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e cujas decisões tem caráter vinculante, conforme dispõe o inciso II, do parágrafo único, do art. 105 da Constituição Federal e nos termos da Lei nº 11.798/2008.

Seguem informações relativas a cada um dos referidos processos do E. CJF:

PA 2009.16.274

“Consulta acerca da possibilidade de pagamento da gratificação de atividade externa (GAE) cumulativamente com as vantagens das arts. 192 e 193 da Lei n. 8.112/1990 e art. 184 da Lei n. 1.711/1952.”

Em sessão de julgamento do dia 13/05/2010, o Colegiado, por unanimidade, “respondeu à consulta nos termos do voto do relator.”.

A consulta foi apresentada pelo E. Tribunal Regional Federal da 2ª Região que, após avaliação, foi assim deduzida pelo eminente Relator:

“...

Ultrapassada tais digressões, observa-se que a consulta centra-se, basicamente, em três questionamentos, quais sejam:

1. *Cumulação da GAE com as vantagens dos arts. 192 da Lei nº 8.112/1990 e 184 da Lei nº 1.711/1952;*
2. *Inclusão da GAE na base de cálculo para pagamento da gratificação do art. 184, II, da Lei nº 1.711/1952;*
3. *Percepção cumulativa da GAE com a vantagem do art. 193 da Lei nº 8.112/1990.”*

Naquela oportunidade Sua Excelência, o Conselheiro Luiz Alberto Gurgel de Faria,

respondeu à consulta nos seguintes termos:

“...

- *é possível a cumulação da Gratificação de Atividade Externa com as vantagens dos arts. 192 da Lei nº 8.112/1990 e 184 da Lei nº 1.711/1952, desde que as aposentadorias e pensões estejam amparadas pelo art. 7º da EC nº 41/2003 ou art. 3º, parágrafo único, da EC nº 47/2005;*
- *a GAE, como parcela que integra o valor da remuneração do cargo efetivo, deve compor a base de cálculo de incidência da vantagem do art. 184, II, da Lei 1.711/1952;*
- *é vedada a percepção da GAE com a vantagem do art. 193 da Lei nº 8.112/1990, na hipótese de o inativo ou pensionista haver optado pelo valor integral do cargo em comissão ou função comissionada.”*

CJF-ADM-2013/00012

“Consulta do TRF da 4ª Região sobre Gratificação de Atividade Externa - GAE, opção pelo Cargo em Comissão de nível CJ e proventos de Aposentadoria de Analista Judiciário, especialidade Execução de Mandatos.”

Em sessão de julgamento do dia 21/10/2013, o Colegiado, em prosseguimento do julgado, “por maioria, decidiu pela impossibilidade de o servidor aposentado cumular a GAE com a vantagem do art. 193 da Lei n. 8.112/1990, nos termos do voto-vista do Conselheiro Sergio Schwaitzer. Vencido o relator.”.

A seguir excerto do voto-vista:

“...

O art. 193. Caput, da Lei nº 8.112/90, revogado pela Lei nº 9.527/97, assim dispunha, **in verbis**:

“Art. 193. O servidor que tiver exercido função de direção, chefia, assessoramento, assistência, ou cargo em comissão, por período de 5 (cinco) anos consecutivos, ou 10 (dez) anos interpolados, **poderá aposentar-se com a gratificação da função ou remuneração do cargo em comissão, de maior valor, desde que exercido por um período mínimo de 2 (dois) anos.”**

O art. 18, § 2º da Lei nº 11.416/06, antes das alterações trazidas pela Lei 12.774/12, possuía a seguinte redação, *ipsis litteris*:

“Art. 18.

§ 2º Ao servidor integrante das Carreiras de que trata esta Lei e ao cedido ao Poder Judiciário, investidos em Função Comissionada ou em Cargo em Comissão, **é facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou emprego permanente**, acrescida:

I - até 30 de novembro de 2008, dos valores constantes dos [Anexos VII e VIII desta Lei](#);

II - a partir de 1º de dezembro de 2008, de 65% (sessenta e cinco por cento) dos valores fixados nos [Anexos III e IV desta Lei](#).”

Ocorre que a Gratificação de Atividade Externa - GAE foi instituída pela Lei nº 11.416/06, a qual, no §2º do art. 16, assim dispõe, **in verbis**:

“Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

§ 1º A gratificação de que trata este artigo corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) do vencimento básico do servidor.

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.”

A Portaria Conjunta nº 1, de 07 de março de 2007, do STF, CNJ, Tribunais Superiores, CJF, CSJT e TJ do DF e Territórios, regulamentou a GAE no Anexo II, estabelecendo que o

*servidor em exercício de função comissionada ou de cargo em comissão não faz jus à percepção dessa vantagem, conforme dispõe o art. 3º, o qual transcrevo **ipsis litteris**:*

“Art. 3º É vedada a percepção da gratificação de que trata este ato por servidor em exercício de função comissionada ou cargo em comissão.”

Nesta rota, tendo o servidor optado ou não pelo recebimento integral da CJ em seus proventos, a percepção cumulada da GAE com a remuneração do cargo em comissão não encontra albergue na legislação aplicável à espécie.

Com efeito, a Lei nº 11.416/06 e a Portaria Conjunta nº 1/2007-STF vedam expressamente a percepção da referida gratificação pelo servidor nomeado para cargo em comissão, de modo que, se os servidores na ativa não podem cumular tais vantagens, tal vedação deve se estender aos servidores aposentados também.”(destaques no original)

CJF-PPP-2015/00006

Tratou o processo de Procedimento de Controle Administrativo autuado como pedido de providências, interposto pela Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais do Rio de Janeiro – ASSOJAF/RJ, em favor de todos os aposentados/pensionistas, em decorrência de decisão do TRF 2ª Região, determinando aos mesmos optar pelo recebimento da Função Comissionada (FC) ou da Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Em sessão de julgamento do dia 10/08/2015, o Colegiado, por unanimidade, “negou provimento ao pedido, nos termos do voto do relator.”

Em seu voto, o eminente relator Conselheiro Ministro Og Fernandes, referindo-se aos citados processos PA 2009.16.274 e CJF-ADM-2013/00012, assim dispôs, consolidando o entendimento quanto ao tema:

“... ”

Consta dos autos que esse Egrégio Conselho, em meados de 2009, por ocasião do julgamento do Processo nº 2009.16.0274, decidiu que a percepção da GAE juntamente da vantagem prevista no art. 193 da Lei 8.112/1990 era indevida apenas na hipótese de aposentação com base na remuneração integral da FC ou CJ. Destacou-se, ademais, que a Lei 11.416/2006 impossibilitou tão-só o pagamento da GAE aos servidores designados para o exercício de função comissionada ou nomeados para cargo em comissão, ou seja, aos ativos que se encontrassem nessa situação, mostrando-se diversa a situação dos aposentados e pensionistas.

Todavia, ao analisar o Processo nº CJF-ADM-2013/00012, sobre o mesmo tema ora versado, o Conselho da Justiça Federal alterou o seu entendimento, nos termos do voto-vista proferido pelo Des. Fed. Sergio Schwaitzer. Decidiu-se naquela oportunidade, que a vedação constante do art. 16 da Lei 11.416/2006 e da Portaria Conjunta nº 1/2007-STF, no sentido da impossibilidade da percepção da GAE pelo servidor nomeado para cargo em comissão ou função comissionada, expressamente realizada para os servidores da ativa, deveria se estender também aos servidores aposentados.

Tal compreensão permanece em vigor e, a meu ver, deve ser mantida, por ser a que melhor se coaduna com a interpretação das normas referidas, sustentando-se no próprio princípio da paridade, na medida em que confere igual tratamento aos servidores da ativa e aos inativos. O contrário implicaria em instituir benefício aos aposentados e pensionistas, sem amparo legal, e em detrimento dos servidores que se encontram em atividade.”

Como observamos nos julgados supra, em especial ao do processo CJF-PPP-2015/00006, ficou assente pelo E. Conselho da Justiça Federal a impossibilidade do recebimento, tanto na ativa, quanto na inatividade da parcela remuneratória a título de designação para função comissionada ou nomeação para cargo em comissão, com a GAE, independente da forma de recebimento da função comissionada ou cargo em comissão, qual seja, integral ou na modalidade de opção.

Neste sentido ocorre o processamento dos pagamentos no âmbito do Tribunal.

Considerando o caso referido pelo E. Tribunal de Contas da União no âmbito do Tribunal, o da servidora aposentada Valdete Muniz Lucas, verificamos que, em conformidade com o decidido pelo E. Conselho da Justiça Federal, consta, além daquelas relativas à remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, somente os registros de pagamento relativos à GAE e aquelas relativas à incorporação de quintos/décimos, transformadas em VPNI, **não constando o pagamento da rubrica relativa aos PROV PROVISÓRIO REMUNERAÇÃO FC5 ou PROV PROVISÓRIO OPÇÃO FC**, estando, assim em conformidade com o decidido pelo E. CJF, estando o processamento de igual modo conforme para os servidores ativos.

Por fim, registramos que a VPNI não é reajustada desde janeiro/2003, uma vez que não divulgado, até o momento, índice de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Real Leite Benedicto, Diretora da Divisão de Folha de Pagamento, em exercício**, em 27/08/2019, às 18:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **José Paulo Cury, Diretor da Divisão de Apoio Jurídico à Gestão de Pessoas**, em 27/08/2019, às 18:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5054608** e o código CRC **4ADBBC71**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5063782/2019 - PRESI/DIRG/SEGE

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5063782

Encaminhamento UAUD 5004420

À UAUD,

Tendo em vista o documento supracitado, encaminho informações das áreas técnicas 5020401 e 5054608.



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 02/09/2019, às 18:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5063782** e o código CRC **CF847FE9**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5063782v2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ENCAMINHAMENTO

À

DAUP

Para providências.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinícios Carvalho Dias**,
Diretor da Subsecretaria de Auditoria Interna, em 04/09/2019, às
12:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **5073878** e o código CRC **9AF7EAF3**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5073878v3



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 5171022/2019 - DAUP

Senhor Diretor da Subsecretaria de Auditoria Interna,

Trata-se de indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas.

Na presente oportunidade, a C. Corte de Contas solicita esclarecimentos quanto a indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa, Quintos e Décimos por servidores ativos e inativos, elencados na planilha juntada a estes autos (doc. SEI 5171053).

Observa-se que tais indícios foram disponibilizados por meio do sistema e-Pessoal, no Módulo Indícios, aba "Aguardando Esclarecimento", cabendo a essa Unidade de Auditoria Interna atribuí-los aos gestores da SEGE, bem como das Seções Judiciárias de São Paulo e Mato Grosso do Sul, visto serem os órgãos responsáveis pela inserção dos esclarecimentos requeridos.

Acrescentamos que há indícios marcados no sistema e-Pessoal com um sinal de exclamação em vermelho, por terem sido devolvidos pelo TCU com pedidos de esclarecimentos complementares aos já fornecidos.

Deste modo, manifestamo-nos pelo envio do presente à SEGE, à SADM-SP e à SADM-MS, para inclusão das informações pertinentes no sistema e-Pessoal e encaminhamento das mesmas ao C. Tribunal de Contas da União.

À consideração de Vossa Senhoria.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Cristini Junior, Diretor da Divisão de Auditoria de Gestão de Pessoas**, em 21/10/2019, às 15:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5171022** e o código CRC **190E542F**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

ENCAMINHAMENTO

Senhor Diretor-Geral,

Ratifico o Parecer DAUP 5171022

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinícios Carvalho Dias**,
Diretor da Subsecretaria de Auditoria Interna, em 22/10/2019, às
11:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código
verificador **5216677** e o código CRC **A89D087C**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5216677v2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5219536/2019 - PRESI/DIRG

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5219536

Informação DAUP 5171022

Planilha Índícios TCU - GAE/Quintos/Décimos - TRF3 (5171053)

Encaminhamento UAUD 5216677

Em acolhimento aos exatos termos das manifestações da UAUD, remeta-se o expediente à SEGE, à SADM-SP e à SADM-MS, para inclusão das informações pertinentes no sistema e-Pessoal e correspondente envio ao C. Tribunal de Contas da União.

Dê-se conhecimento do presente encaminhamento ao Gabinete da Presidência.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Serraglio Júnior, Diretor-Geral**, em 22/10/2019, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5219536** e o código CRC **09A28A86**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5219536v5



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5221116/2019 - PRESI/DIRG/SEGE

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5221116

Despacho DIRG 5219536

À DAPE e DFOL para as providências.



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 22/10/2019, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5221116** e o código CRC **15107C01**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5221116v3



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - -
www.jfms.jus.br

DESPACHO Nº 5222283/2019 - DFORMS/SADM-MS

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5222283

Encaminhamento UAUD 5216677 e Informação DAUP 5171022:

Ao NURE para ciência e providências junto às áreas responsáveis.

Prazo: 5 (cinco) dias.

Após, retornem os autos à esta unidade.



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César da Luz Ferreira, Diretor da Secretaria Administrativa, em exercício**, em 22/10/2019, às 18:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5222283** e o código CRC **02B393ED**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5222283v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
5º andar

DESPACHO Nº 5222432/2019 - DFORSP/SADM-SP

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5222432

Senhora Diretora da UGEP

Em que pese a Informação NUPA 5040922 e Despacho NUPA 5042367, onde se constata que providências já foram solicitadas por essa Subsecretaria ao Núcleo de Administração Funcional, para complementação dos esclarecimentos à E. Corte de Contas, tendo em vista a Informação DAUP 5171022 e o Despacho DIRG 5219536, encaminho o presente expediente a Vossa Senhoria para ciência e para o devido prosseguimento do feito, apresentando as informações necessárias no sistema e-Pessoal, encaminhando-as ao C. Tribunal de Contas da União.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Secretaria Administrativa da SJSP**, em 23/10/2019, às 17:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5222432** e o código CRC **4CFF74EA**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5222579/2019 - PRESI/GABPRES

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5222579

Vistos.

Despacho nº 5219536/2019 - PRESI/DIRG: ciente.

Encerre-se o expediente nesta unidade.



Documento assinado eletronicamente por **Therezinha Astolpho Cazerta, Desembargadora Federal Presidente**, em 29/10/2019, às 11:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5222579** e o código CRC **0ACE26DC**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5222579v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 5226077/2019 - NURE-MS

Senhor Diretor da SADM,

Informo que foram prestados, em 26/9/2019, os esclarecimentos no Sistema e-pessoal do TCU, em face dos indícios apontados para esta Seccional, conforme Informação DAUP 4998894 e Planilha 4998943. No entanto, por um lapso, tal providência não foi certificada nos presentes autos, em atenção ao Despacho SADM 5005699.

Agora, conforme relatado na Informação DAUP 5171022, os mesmos indícios, conforme Planilha 5171053, foram marcados no referido sistema com um sinal de exclamação em vermelho, por terem sido devolvidos pelo TCU com pedidos de esclarecimentos complementares aos já fornecidos. Não se tratam, portanto, de novos indícios não esclarecidos.

No entanto, considerando que os esclarecimentos prestados por este órgão foram os mesmos que os da SJSP e do TRF3, com o mesmo entendimento de que os indícios apontados não procedem, a Secretaria de Gestão de Pessoas daquele Tribunal, consultada, informou que o assunto foi submetido à Subsecretaria de Auditoria Interno, sendo necessário aguardar as orientações para prestar os novos esclarecimentos no sistema do TCU, o que pode comprometer o cumprimento do prazo estabelecido no Despacho SADM 5222837.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck, Diretor(a) do Núcleo de Recursos Humanos**, em 24/10/2019, às 11:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5226077** e o código CRC **1C649643**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - -
www.jfms.jus.br

DESPACHO Nº 5226988/2019 - DFORMS/SADM-MS/NURE-MS

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5226988

Ciente da Informação NURE 5226077. Aguarde-se novas orientações do TRF3 para fornecer os esclarecimentos solicitados no sistema e-Pessoal do TCU.



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César da Luz Ferreira, Diretor da Secretaria Administrativa, em exercício**, em 24/10/2019, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5226988** e o código CRC **3E90E8C6**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5226988v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
4º andar

ENCAMINHAMENTO

A pedido da Diretora da UGEP, ao NUAJ para providências, nos termos do Despacho SADM-SP 5222432.



Documento assinado eletronicamente por **Mayhumi Laís Takaki, Técnico Judiciário**, em 24/10/2019, às 12:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5227209** e o código CRC **D65A9377**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5227209v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

ENCAMINHAMENTO

À SUPE e SUFP, para conhecimento da Informação NURE 5226077 e do Despacho 5226988, aguardando-se novas orientações do TRF3 para fornecer os esclarecimentos solicitados no sistema e-Pessoal do TCU.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck**, **Diretor(a) do Núcleo de Recursos Humanos**, em 25/10/2019, às 16:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5232797** e o código CRC **C0DF7765**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5232797v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
3º e 4º andar

INFORMAÇÃO Nº 5244586/2019 - NUAF

Trata-se de indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas, quanto a acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa, Quintos e Décimos por servidores ativos e inativos, disponibilizados por meio do sistema e-Pessoal, no Módulo Indícios.

Cabe informar que prestadas as informações pertinentes a legislação que trata da incorporação de quintos e décimos, transformados em VPNI, bem como da gratificação de Atividade Externa, quais sejam:

Art. 62-A, parágrafo único da Lei nº 8.112/90:

"(...)

Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3º da Lei nº 9.624, de 2 de abril de 1998.

Parágrafo único. A VPNI de que trata o caput deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais.

"(...)"

Art. 16, § 2.º, da Lei n.º 11.416/2006, *in verbis*:

"(...)

Art. 16. Fica instituída a Gratificação de Atividade Externa - GAE, devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de Analista Judiciário referidos no § 1º do art. 4º desta Lei.

"(...)

§ 2º É vedada a percepção da gratificação prevista neste artigo pelo servidor designado para o exercício de função comissionada ou nomeado para cargo em comissão.

"(...)"

(grifamos)

Foi, ainda, informado que nenhum servidor da Seção Judiciária de São Paulo recebe rubricas de Função Comissionada ou Cargo em Comissão cumulativamente com a rubrica de Gratificação de Atividade Externa - GAE, e que portanto o apontamento que constou nos indícios não procede, visto que as rubricas pagas cumulativamente com a Gratificação de Atividade Externa - GAE são de parcelas de frações de quintos transformadas em VPNI e não de exercício de Função Comissionada ou Cargo em Comissão, visto que a legislação veda apenas a acumulação da GAE com o exercício de função comissionada/cargo em

comissão, não fazendo referência à vantagem dos quintos (atual vantagem pessoal nominalmente identificada).

Contudo, o Tribunal de Contas da União, por meio da aba dos indícios do e-Pessoal reiterou os apontamentos anteriormente elencados.

Era o que tinha a informar.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Doria Salviani Moraes**, **Diretora do Núcleo de Administração Funcional**, em 30/10/2019, às 19:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5244586** e o código CRC **7A3732EF**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5244586v4



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
3º e 4º andar

DESPACHO Nº 5247027/2019 - DFORSP/SADM-SP/UGEP/NUAF

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5247027

Sra. Diretora da Secretaria Administrativa,

Trata-se de indícios de irregularidade identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas, quanto a acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa, Quintos e Décimos por servidores ativos e inativos, disponibilizados por meio do sistema e-Pessoal, no Módulo Indícios.

Nos termos das informações prestadas pelas áreas subordinadas a esta Subsecretaria de Gestão de Pessoas 5008679 e 5244586, elevo à consideração superior, sugerindo, s.m.j., que diante da necessidade de padronização de procedimentos na 3ª Região, e diante de situação sensível como a que se apresenta, aguarde-se as orientações emanadas do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região quanto ao devido preenchimento dos esclarecimentos dos indícios no sistema e-Pessoal, encaminhando-se o presente à Subsecretaria de Auditoria Interna.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Piesco De Melo, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SJSP**, em 04/11/2019, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5247027** e o código CRC **F628FD92**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
3º e 4º andar

DESPACHO Nº 5247122/2019 - DFORSP/SADM-SP/UGEP/NUAF

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5247122

Nos termos das informações 5008679 e 5244586 e manifestação da Subsecretaria de Gestão de Pessoas 5247027, considerando a necessidade de padronização de procedimentos na 3ª Região, e diante de situação sensível como a que se apresenta quanto a remuneração dos servidores ativos e inativos ocupantes do cargo de Analista Judiciário, Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador, determino que se aguarde as orientações emanadas do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região quanto ao devido preenchimento dos esclarecimentos dos indícios no sistema e-Pessoal, encaminhando-se o presente à Subsecretaria de Auditoria Interna.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Secretaria Administrativa da SJSP**, em 04/11/2019, às 22:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5247122** e o código CRC **8C94CA26**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5247122v2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 5310250, DE 25/11/2019 - PRESI/GABPRES/UAUD

À

Diretoria-Geral,

Secretarias Administrativas de São Paulo e Mato Grosso do Sul,
Seccionais de Controle Interno.

Manifestamo-nos em atenção aos Despachos SEGE 5063782, NUAUF 5247122 e NURE-MS 5226988.

Vieram os autos a esta subsecretaria para manifestação a respeito da padronização de procedimentos na Justiça Federal da 3ª Região para esclarecer os indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa, Quintos e Décimos por servidores ativos e inativos, apontados pelo sistema e-pessoal do Tribunal de Contas da União.

Primeiramente, em sede de consultoria e no intuito de adicionar valor e aperfeiçoar processos de governança, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controles internos administrativos, impende manifestarmos-nos favoravelmente à prudência das unidades de gestão de pessoas da Justiça Federal da 3ª Região, ao proporem a padronização em comento. Acresça-se à essa necessidade o fato de os indícios apontados referirem-se às três unidades gestoras.

De outro giro, faz-se necessário recomendar às unidades gestoras que informem essa providência ao TCU, no módulo de indícios do e-Pessoal, de modo a evitar a responsabilização dos gestores por aquela Corte de Contas, por eventual decurso de prazo decorrente das discussões necessárias à apuração dos indícios, bem como seu esclarecimento conjunto.

É que o [Manual do Módulo Indícios: Órgão Federal](#) do Sistema e-Pessoal do TCU não define um prazo geral para os esclarecimentos dos indícios, mas previne casos em que seja detectada desídia por parte dos órgãos, situação em que haverá atuação *de forma mais incisiva*, com estabelecimento de prazos e audiência dos responsáveis:

6. FAQ - PERGUNTAS MAIS FREQUENTES

Compilado das dúvidas mais frequentes sobre o uso do módulo de Indícios do sistema e-Pessoal (TCU).

a. Qual é o prazo para a prestação dos esclarecimentos?

O TCU está modificando a forma de atuação frente aos indícios de irregularidades em folhas de pagamento. A ideia é dar ao procedimento uma natureza contínua. O órgão irá receber um conjunto de indícios que devem ser analisados.

O TCU pode, a qualquer momento, executar novas trilhas de auditoria e encaminhar novos indícios. É sabido também que alguns indícios levam um tempo

considerável para serem esclarecidos. Em alguns casos, é necessário se instaurar um Processo Administrativo, dar ao servidor/pensionista o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa, formar comissão, entre outros procedimentos. Além disso, a capacidade de resposta dos órgãos varia muito em função do tamanho da equipe disponível para apuração dos indícios, dos tipos de indícios envolvidos e de outras demandas existentes. Assim, esta unidade de fiscalização entendeu mais adequado o não estabelecimento de um prazo geral. Em substituição à definição de prazo, estamos monitorando o uso do sistema pelos diversos órgãos. Dessa forma, **se detectarmos casos de desídia em relação ao atendimento do disposto no Ofício, atuaremos de forma mais incisiva, com o estabelecimento de prazo, audiência dos responsáveis e outros meios à disposição do Controle Externo. Então, embora não haja prazo, é importante que os órgãos demonstrem que estão dando andamento à demanda do TCU, isto é, que os indícios estão sendo analisados e os esclarecimentos estão sendo prestados.** (grifo nosso)

Com efeito, o acórdão do Plenário do TCU nº [1032/2019](#), de 8/5/2019, determina:

9.3. determinar à Sefip que, até o final do ciclo de 2019 da fiscalização:

9.3.1. verifique quais unidades jurisdicionadas ainda não apuraram os indícios de irregularidade identificados pela equipe de fiscalização e **requisite aos respectivos gestores o devido posicionamento, promovendo, caso necessário, sua audiência, em processo de Representação específico para isso;**

9.3.2. **adote ação de controle, a exemplo da autuação de Representação**, nos casos em que os esclarecimentos dos gestores não afastarem os indícios de irregularidade apontados;

9.3.3. monitore os casos considerados irregulares pelos gestores, **e promova, se caracterizada negligência, a audiência dos responsáveis;**

9.3.4. **mantenha e aprimore o processo de fiscalização contínua das folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas a este Tribunal**, com atualização das bases de folha de pagamento, incorporação de novas trilhas de fiscalização, atualização das trilhas já implementadas e o desenvolvimento de mecanismos que promovam melhoria da qualidade dos dados recebidos, por meio, por exemplo, da transferência da tecnologia utilizada neste trabalho para o uso preventivo das unidades jurisdicionadas de forma a antecipar potenciais problemas nos registros funcionais e do aprimoramento das trilhas com uso de novas tecnologias de análise de dados não estruturados e da inteligência artificial.

9.4. **dar ciência desta deliberação** à Secretaria de Controle Interno da Câmara dos Deputados, **ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2)**, ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), às Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras), ao Banco do Brasil S.A., aos Comandos do Exército e da Aeronáutica, aos Ministérios da Saúde, da Infraestrutura e da Economia, à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), à Petróleo Brasileiro S.A., ao Instituto Nacional do Seguro Social

(INSS), à Universidade Federal do Rio de Janeiro, à Universidade Federal de Pernambuco e à Fundação Universidade de Brasília (FUB), ressaltando-se que o Relatório e o Voto que a acompanham podem ser consultados no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; (grifos nossos)

Assim, recomenda-se que as unidades gestoras indiquem, no Módulo de Indícios do e-Pessoal, que estão tomando providências para a apuração e esclarecimento dos indícios apontados, demonstrando a complexidade da discussão em andamento para padronização dos procedimentos, de modo a afastar a hipótese de desídia, tanto pelo decurso do prazo para resposta como pela reincidência dos indícios, mês a mês, nas folhas de pagamento, enquanto a questão não for dirimida.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinícios Carvalho Dias, Diretor da Subsecretaria de Auditoria Interna**, em 25/11/2019, às 16:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Cristini Junior, Diretor da Divisão de Auditoria de Gestão de Pessoas**, em 25/11/2019, às 16:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Vaz De Oliveira Resstom, Analista Judiciário**, em 25/11/2019, às 16:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Martins da Silva, Analista Judiciário**, em 25/11/2019, às 16:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5310250** e o código CRC **A481E048**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - -
www.jfms.jus.br

DESPACHO Nº 5311850/2019 - DFORMS/SADM-MS

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5311850

Manifestação UAUD 5310250:

Ao NURE-MS para conhecimento e providências.



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César da Luz Ferreira, Diretor da Secretaria Administrativa, em exercício**, em 25/11/2019, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5311850** e o código CRC **6ABFC4ED**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5311850v3



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
5º andar

DESPACHO Nº 5312238/2019 - DFORS/SP/SADM-SP

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5312238

Senhora Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas

Em resposta ao Despacho NUA 5247027, restituo o presente expediente a Vossa Senhoria, para ciência da Manifestação UAU 5310250, e adoção da recomendação nela lançada.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Secretaria Administrativa da SJSP**, em 26/11/2019, às 12:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5312238** e o código CRC **0FFB68F3**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5312238v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

MANIFESTAÇÃO Nº 5317419, DE 27/11/2019 - DFORMS/SADM-MS/NURE-MS

À vista da Manifestação UAUD 5310250, aguarde-se as orientações a serem fornecidas pela SEGE, em face da padronização das informações a serem fornecidas no Sistema e-Pessoal.

À SEGE, SUFP e SULG, para ciência.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck**, **Diretor(a) do Núcleo de Recursos Humanos**, em 27/11/2019, às 12:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5317419** e o código CRC **DEE60E45**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5317419v6



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
4º andar

ENCAMINHAMENTO

A pedido da Diretora da UGEP, encaminho os autos ao NUAJ para ciência da Manifestação UAUJ 5310250, e adoção da recomendação nela lançada.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bosschart Storch Gemignani, Analista Judiciário**, em 27/11/2019, às 12:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5317433** e o código CRC **67654D16**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5317433v2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Bairro Bela Vista - CEP 01310936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5318308/2019 - PRESI/DIRG

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5318308

Manifestação UAUD 5310250

À SEGE, para conhecimento e providências.



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora-Geral, em exercício**, em 27/11/2019, às 17:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5318308** e o código CRC **DC916884**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5318308v2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5320232/2019 - PRESI/DIRG/SEGE

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5320232

Indícios sobre acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa com VPNI-Quintos/Décimos de FC-5-Executante de Mandados.

Manifestação UAUD 5310250

Despacho DIRG 5318308

A Secretaria de Gestão de Pessoas:

Trata-se de indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa com VPNI-Quintos/Décimos de FC-5-Executante de Mandados, por servidores ativos e inativos, apontados pelo Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União-TCU, elencados na planilha 4998943, identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas.

As áreas de gestão de pessoas desta 3ª Região já se manifestaram sobre a legalidade que dá amparo às situações apontadas pelo TCU (5006543, 5008679, 5020401, 5040922, 5054608), sendo que a Seção Judiciária de São Paulo -SJSP e a Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul-SJMS registraram no e-Pessoal que tais indícios não procedem, de acordo com as opções disponibilizadas no próprio sistema, a saber: 1) O indício procede e a situação foi regularizada; 2) O indício procede e foram adotadas medidas para regularizar a situação; 3) O indício procede, mas não foram adotadas medidas para regularizar a situação; 4) O indício não procede, pois o servidor/pensionista não se encontra nessa situação, e 5) O indício não procede, pois a situação do servidor/pensionista está amparada por outras normas e/ou decisões. Entretanto, a crítica do referido sistema não está considerando as justificativas que não estejam de acordo com o entendimento daquela Corte de Contas, implicando o retorno mensal dos indícios, para complementação dos esclarecimentos.

Oportuno informar que todas as regiões estão enfrentando a mesma questão e, aproveitando o Encontro das Bases da área de Gestão de Pessoas, ocorrido nos dias 18 e 19/11/2019, o tema foi discutido, tendo se chegado ao consenso de que seria importante, seguindo as últimas orientações expedidas pelo TCU naquele sistema (5316417), que todos respondessem que o indício, quando o caso, "procede - estamos adotando providências", pois nos foi noticiado naquela

ocasião que já há um Processo Administrativo no Conselho da Justiça Federal-CJF, de nº 0005894-06.2019.4.90.8000, que trata de consulta oriunda do TRF2R, distribuído ao relator, com caráter reservado no sistema SEI Julgar, impossibilitando qualquer consulta sobre o seu andamento.

Ocorre que na data de ontem, consultados os representantes presentes no referido encontro, ainda há divergências nos procedimentos, tendo cada um conduzido de forma diferente em seus âmbitos, a saber:

TRF1R - representantes da área de gestão de pessoas foram pessoalmente ao Tribunal de Contas da União obter orientação sobre o procedimento a ser adotado para atendimento dos indícios, no e-Pessoal, tendo obtido as seguintes orientações:

- realizar o levantamento das situações em que as funções ou quintos/décimos não decorram de incorporação de FC-5 - Executantes de Mandados e registrar que, nesses casos, o indício não procede.

- registrar nos demais casos que o indício "procede - estamos adotando providências".

- identificar os valores referentes às funções e quintos/décimos pagos indevidamente, mas não excluir da folha, devendo este valor ser transformado em parcela de Diferença Pessoal a ser absorvida em futuros aumentos salariais.

Estão ainda tentando viabilizar nova reunião com o TCU, por solicitação da sua Presidência.

TRF2R - formulou a consulta acima mencionada, não tendo adotado providências em relação aos esclarecimentos dos indícios no e-Pessoal, conforme orientação da sua área de auditoria interna.

TRF4R - submeteram a questão à Alta Administração defendendo a legalidade do procedimento, mas até a presente data não há decisão a respeito de como devem proceder. Em princípio, devem aguardar a decisão do CJF.

TRF5R - deu ciência aos interessados e respondeu, quando o caso, que o indício "procede - estamos adotando providências".

Diante do exposto, considerando a manifestação favorável da UAUD à prudência das unidades de gestão de pessoas da Justiça Federal da 3ª Região para proporem a padronização de procedimento, bem como a recomendação para que as unidades gestoras informem essa providência ao TCU, no módulo de indícios do e-Pessoal, de modo a evitar a responsabilização dos gestores por aquela Corte de Contas, por eventual decurso de prazo decorrente das discussões necessárias à apuração dos indícios, e considerando ainda a necessidade de se promover ação uniforme no sentido de que estão sendo tomadas as devidas providências para a apuração e o esclarecimento dos indícios apontados, demonstrando-se inclusive a complexidade da discussão em andamento para a padronização dos procedimentos, de modo a afastar a hipótese de desídia, tanto pelo decurso do prazo para resposta como pela reincidência dos indícios, mês a mês, nas folhas de pagamento, recomendo que, enquanto a questão não for dirimida, as áreas de gestão de pessoas desta 3ª Região sejam orientadas a registrar no e-Pessoal as seguintes justificativas, até o julgamento pelo CJF do processo acima mencionado:

- 1) no indício em que se identifique a situação de acúmulo de GAE com VPNI-Quintos/Décimos de FC-5 Executante de Mandados: "Procede - estamos adotando providências", e

2) no indício em que a cumulação se der com quintos/décimos de outras funções ou cargos em comissão: "não procede, tendo em vista que o(s) quinto(s)/décimo(s) é (são) oriundos de outras funções/cargos em comissão".

Outrossim, recomendo seja dada ciência a todos os servidores citados nos indícios.

Cordialmente,

O Diretor-Geral:

Excelentíssima Senhora Presidente,

Estando de acordo com o pronunciamento da Secretaria de Gestão de Pessoas, *supra*, recomenda-se sejam respondidos os indícios do Tribunal de Contas da União, via Sistema e-Pessoal, utilizando-se as justificativas apontadas nos itens 1 e 2 acima, conforme o caso, dando-se ciência às Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, para fins de padronização no âmbito da 3.^a Região, até o julgamento do Processo Administrativo n.º 0005894-06.2019.4.90.8000, instaurado no e. Conselho da Justiça Federal que uniformizará o entendimento no âmbito da Justiça Federal.

Por fim, recomenda-se, ainda, seja dada ciência a todos os servidores atingidos pelos indícios.

À consideração superior.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 06/12/2019, às 16:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto Serraglio Júnior, Diretor-Geral**, em 06/12/2019, às 21:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5320232** e o código CRC **561B6488**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

DECISÃO Nº 5330294/2019 - PRESI/DIRG/SEGE

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Vistos.

Acolho o parecer da Diretoria-Geral.

Proceda-se conforme recomendado, encaminhando-se o presente feito às Diretorias dos Foros das Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, para conhecimento e providências.

Dê-se ciência a todos os envolvidos.



Documento assinado eletronicamente por **Therezinha Astolphi Cazerta, Desembargadora Federal Presidente**, em 10/12/2019, às 15:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5330294** e o código CRC **27FA461E**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310-936 - - www.trf3.jus.br

DESPACHO Nº 5362775/2019 - PRESI/DIRG/SEGE

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5362775

Decisão SEGE 5330294

À DFOL e à DAPE para providências.

Em cumprimento à Decisão acima referenciada, encaminhe-se às Diretorias dos Foros das Seções Judiciárias de São Paulo e de Mato Grosso do Sul, para conhecimento e providências.



Documento assinado eletronicamente por **Marisol Ávila Ribeiro, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas**, em 11/12/2019, às 19:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5362775** e o código CRC **39C92869**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5362775v5



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
4º andar

ENCAMINHAMENTO

A pedido da Diretora da UGEP, encaminho os autos ao NUAJ e ao NUPA para ciência do Despacho SEGE 5320232 e adoção de providências.



Documento assinado eletronicamente por **Andreia Bosschart Storch Gemignani, Analista Judiciário**, em 12/12/2019, às 11:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5370144** e o código CRC **8BEA1927**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5370144v2



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

ENCAMINHAMENTO

Ao NURE,

De ordem do MM Juiz Federal Diretor do Foro, encaminho o presente expediente para ciência e adoção das providências determinadas na Decisão SEGE 5330294 e Despacho SEGE 5320232.

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Leila Menegat Rondon, Técnico Judiciário**, em 12/12/2019, às 14:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5371596** e o código CRC **B0397145**.



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

ENCAMINHAMENTO

À vista do Encaminhamento DFORMS 5371596, à SUPE e SUFP, para as devidas providências, em face do Despacho SEGE 5362775.

À SUCI, para conhecimento.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck**, **Diretor(a) do Núcleo de Recursos Humanos**, em 16/12/2019, às 12:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5379496** e o código CRC **89484BD8**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5379496v3



SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MATO GROSSO DO SUL
Rua Delegado Carlos Roberto Bastos de Oliveira, 128 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-102 - Campo Grande - MS - www.jfms.jus.br

CERTIDÃO

CERTIFICO que nesta data, às 15h30m, foram prestados os esclarecimentos no sistema e-pessoal, com base na Decisão SEGE 5330294, aos indícios relativos a esta Seção Judiciária, apontados e tratados nestes autos.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Barros Verruck**, **Diretor(a) do Núcleo de Recursos Humanos**, em 16/12/2019, às 16:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5380996** e o código CRC **0223B892**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5380996v2



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
Av. Paulista, 1842 - Torre Norte - 13º andar - Bairro Bela Vista - CEP 01310936 - São Paulo - SP - www.trf3.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 5381968/2019 - DAPE

Trata-se de indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa com VPNI-Quintos/Décimos de FC-5-Executante de Mandados, por servidores ativos e inativos, apontados pelo Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União-TCU, elencados no documento 4998943, identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas por parte daquela Corte de Contas.

Em atenção ao Despacho SEGE 5320232 e à Decisão SEGE 5330294, informo que foram registradas no e-Pessoal as devidas justificativas nos casos que são de responsabilidade deste Tribunal, quais sejam:

- Valdete Muniz Lucas (servidora aposentada);
- Fernando Argentino (servidor em atividade);
- Leila Aparecida Laurente (servidora em atividade);
- Argemiro de Souza Neto (servidor em atividade);
- Paulo Vitor Petruzzeli (servidor em atividade).

Ademais, ressalto que, para cumprimento da mencionada decisão, foram encaminhados e-mails aos interessados (5382400, 5382412, 5382417, 5382420 e 5382421), para a devida ciência quanto à situação apontada.

À consideração superior.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Montagnolli, Diretor da Divisão de Aposentadorias e Pensões**, em 16/12/2019, às 18:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5381968** e o código CRC **8C626316**.

TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE - Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU

De: TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE
Para: monylucas9@gmail.com
Data: 16/12/2019 18:03
Assunto: Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU
Anexos: Decisão Indícios - Processo 0034117-87.2019.4.03.8000.pdf

Prezado(a) servidor(a),

Em cumprimento à Decisão SEGE 5330294, proferida pela Presidência deste Tribunal com base no Despacho SEGE 5320232 (ambos anexos), encaminhamos, para conhecimento de V. S.^a os referidos documentos, que tratam de críticas efetuadas à folha de pagamento deste Tribunal por parte do e. Tribunal de Contas da União (TCU), em que foi constatado indício de acumulação indevida de quintos incorporados da função de Executante de Mandados - FC-5 com a Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Acrescentamos que, em caso de nova manifestação a respeito, faremos nova comunicação a V. S.^a.

Atenciosamente,

Divisão de Aposentadorias e Pensões - TRF da 3.^a Região
[\(11\) 3012-1093](#) / 3012-2354

TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE - Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU

De: TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE
Para: FERNANDO ARGENTINO
Data: 16/12/2019 18:04
Assunto: Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU
Anexos: Decisão Indícios - Processo 0034117-87.2019.4.03.8000.pdf

Prezado(a) servidor(a),

Em cumprimento à Decisão SEGE 5330294, proferida pela Presidência deste Tribunal com base no Despacho SEGE 5320232 (ambos anexos), encaminhamos, para conhecimento de V. S.^a os referidos documentos, que tratam de críticas efetuadas à folha de pagamento deste Tribunal por parte do e. Tribunal de Contas da União (TCU), em que foi constatado indício de acumulação indevida de quintos incorporados da função de Executante de Mandados - FC-5 com a Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Acrescentamos que, em caso de nova manifestação a respeito, faremos nova comunicação a V. S.^a.

Atenciosamente,

Divisão de Aposentadorias e Pensões - TRF da 3.^a Região
[\(11\) 3012-1093](#) / 3012-2354

TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE - Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU

De: TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE
Para: LEILA APARECIDA LAURENTE; llaurente@hotmail.com; llaurente@uol.com.br
Data: 16/12/2019 18:05
Assunto: Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU
Anexos: Decisão Indícios - Processo 0034117-87.2019.4.03.8000.pdf

Prezado(a) servidor(a),

Em cumprimento à Decisão SEGE 5330294, proferida pela Presidência deste Tribunal com base no Despacho SEGE 5320232 (ambos anexos), encaminhamos, para conhecimento de V. S.^a os referidos documentos, que tratam de críticas efetuadas à folha de pagamento deste Tribunal por parte do e. Tribunal de Contas da União (TCU), em que foi constatado indício de acumulação indevida de quintos incorporados da função de Executante de Mandados - FC-5 com a Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Acrescentamos que, em caso de nova manifestação a respeito, faremos nova comunicação a V. S.^a.

Atenciosamente,

Divisão de Aposentadorias e Pensões - TRF da 3.^a Região
[\(11\) 3012-1093](#) / 3012-2354

TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE - Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU

De: TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE
Para: ARGEMIRO DE SOUZA NETO
Data: 16/12/2019 18:06
Assunto: Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU
Anexos: Decisão Indícios - Processo 0034117-87.2019.4.03.8000.pdf

Prezado(a) servidor(a),

Em cumprimento à Decisão SEGE 5330294, proferida pela Presidência deste Tribunal com base no Despacho SEGE 5320232 (ambos anexos), encaminhamos, para conhecimento de V. S.^a os referidos documentos, que tratam de críticas efetuadas à folha de pagamento deste Tribunal por parte do e. Tribunal de Contas da União (TCU), em que foi constatado indício de acumulação indevida de quintos incorporados da função de Executante de Mandados - FC-5 com a Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Acrescentamos que, em caso de nova manifestação a respeito, faremos nova comunicação a V. S.^a.

Atenciosamente,

Divisão de Aposentadorias e Pensões - TRF da 3.^a Região
[\(11\) 3012-1093](#) / 3012-2354

TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE - Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU

De: TRF3 - DIVISAO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - DAPE
Para: PAULO VITOR PETRUZZELLI; petruzzelli@terra.com.br
Data: 16/12/2019 18:08
Assunto: Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União - TCU
Anexos: Decisão Indícios - Processo 0034117-87.2019.4.03.8000.pdf

Prezado(a) servidor(a),

Em cumprimento à Decisão SEGE 5330294, proferida pela Presidência deste Tribunal com base no Despacho SEGE 5320232 (ambos anexos), encaminhamos, para conhecimento de V. S.^a os referidos documentos, que tratam de críticas efetuadas à folha de pagamento deste Tribunal por parte do e. Tribunal de Contas da União (TCU), em que foi constatado indício de acumulação indevida de quintos incorporados da função de Executante de Mandados - FC-5 com a Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Acrescentamos que, em caso de nova manifestação a respeito, faremos nova comunicação a V. S.^a.

Atenciosamente,

Divisão de Aposentadorias e Pensões - TRF da 3.^a Região
[\(11\) 3012-1093](#) / 3012-2354



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
3º e 4º andar

INFORMAÇÃO Nº 5420015/2020 - NUAF

Trata-se de indícios de acumulação ilegal de parcelas de Gratificação de Atividade Externa com VPNI-Quintos/Décimos de FC-5-Executante de Mandados, por servidores ativos e inativos, apontados pelo Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União-TCU, elencados nos documentos 4998943 e 5171053, identificados a partir de críticas executadas de forma contínua nas folhas de pagamento das unidades jurisdicionadas por parte daquela Corte de Contas.

Em atenção ao Despacho SEGE 5320232 e cumprimento à Decisão SEGE 5330294, informo que foram registradas no e-Pessoal as devidas justificativas nos casos que são de responsabilidade desta Seção Judiciária de São Paulo, assim como foi encaminhada mensagem eletrônica de ciência, quanto à situação apontada, aos interessados (documentos 5420047 e 5420061), conforme orientado nos referidos documentos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Giselle Doria Salviani Moraes**, **Diretora do Núcleo de Administração Funcional**, em 09/01/2020, às 12:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5420015** e o código CRC **5456347D**.

ADMSP - NUCLEO DE ADMINISTRACAO FUNCIONAL - NUAUF - Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União

De: ADMSP - NUCLEO DE ADMINISTRACAO FUNCIONAL - NUAUF
Para: ADMSP - SECAO DE CONTAGEM DE TEMPO - SUTM
Data: 09/01/2020 12:27
Assunto: Indícios apontados pelo Tribunal de Contas da União
Co: AURO DOS SANTOS; CARLOS JOSE PEDROSO OLIVEIRA; DENISE CELESTRINI MARTI...
Anexos: SEI_TRF3 - 5320232 - Despacho.pdf; SEI_TRF3 - 5330294 - Decisão.pdf

Prezado(a) Servidor(a),

Em cumprimento à Decisão SEGE 5330294, proferida pela Presidência do E. Tribunal Regional Federal da 3ª Região, encaminhamos para conhecimento de Vossa Senhoria o Despacho SEGE 5320232, que trata de críticas efetuadas à folha de pagamento desta Seção Judiciária por parte do Tribunal de Contas da União, em que foi apontado indício de acumulação indevida de quintos incorporados da função de Executante de Mandados (FC5) com a Gratificação de Atividade Externa (GAE).

Cabe informar que diante da complexidade do assunto, foi submetido ao E. Conselho da Justiça Federal o Processo Administrativo nº 0005894-06.2019.4.90.8000, do qual não dispomos de seu teor, para uniformização dos procedimentos junto as cinco regiões.



Desta forma, assim que a questão for dirimida será feita nova comunicação a respeito do assunto.

Atenciosamente,

Núcleo de Administração Funcional

ID da mensagem: 5E17466D.8CE : 98 : 36261
Assunto: Indícios apontados pelo Tribunal de Constas da União
Criado por: ADMSP-NUAF@trf3.jus.br
Data Programada:
Criado em: 09/01/2020 12:27
De: ADMSP - NUCLEO DE ADMINISTRACAO FUNCIONAL - NUAF

Destinat.:






Destinatário	Ação	Data/Horário	Comentário
 PO-A-01.DOM-HUB-A	Entregue	09/01/2020 12:27	
CO: AURO DOS SANTOS(ADSANTOS@trf3.jus.br)			
CO: CARLOS JOSE PEDROSO OLIVEIRA(CJPOLIVE@trf3.jus.br)			
CO: DENISE CELESTRINI MARTIN(DCMARTIN@trf3.jus.br)			
CO: FLAVIO APARECIDO LUIZ(FAPALUIZ@trf3.jus.br)			
CO: FRANCISCO JOSE PREVITI(FPREVITT@trf3.jus.br)			
CO: JACQUELINE RODRIGUES CARUSO(JACARUSO@trf3.jus.br)			
CO: LANDOALDO NEVES EZQUERRO(LEZQUERR@trf3.jus.br)			
CO: LUIZ CARLOS VIEIRA(LCVIEIRA@trf3.jus.br)			
CO: MARIO APARECIDO FIORE(MAFIORE@trf3.jus.br)			
CO: MARISTELA TREVEZAM(MTREVEZA@trf3.jus.br)			
CO: PATRICIA PAULA COURA GATO(PPCOGATO@trf3.jus.br)			
CO: PAULO CAVALHEIRO LEITE NETO(PCLNETO@trf3.jus.br)			
CO: PAULO MURILO ROCHA SILVA(PMUSILVA@trf3.jus.br)			
CO: RENATA CALLAS(RECALLAS@trf3.jus.br)			
CO: ROSEMEIRE KONISHI(RKONISHI@trf3.jus.br)			
CO: SANDRA MELLO DE CARVALHO ZUZARTE(SZUZARTE@trf3.jus.br)			
CO: SIMONE MOLINA FIGUEIREDO(SMFIGUEI@trf3.jus.br)			
CO: VALTER OLIVEIRA FILHO(VOLFILHO@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27	
 PO-A-02.DOM-HUB-A	Entregue	09/01/2020 12:27	
CO: ALEXANDRE RODRIGUES(ALRODRIG@trf3.jus.br)			
CO: ANA SILVIA POCO(ASILPOCO@trf3.jus.br)			
CO: ANDREA REGINA RODRIGUES(AERSANTO@trf3.jus.br)			
CO: ANTONIA IEDA MADEIRA DOS SANTOS(AIMSANTO@trf3.jus.br)			
CO: BEATRIZ MAZZEI NUBIE MASSARIOL(BNUBIE@trf3.jus.br)			
CO: CELSO LUIS BARBOSA DE OLIVEIRA(CLBOLIVE@trf3.jus.br)			
CO: CLICIA MARIA TREVISAN NAVARRO DA CRUZ GIL ALMEIDA(CMTNCGIL@trf3.jus.br)			
CO: DENISE RIBEIRO BARONE(DRBARONE@trf3.jus.br)			
CO: DINAH MARIA LEMOS NOLETO(DLNOLETO@trf3.jus.br)			
CO: ELIANE SILVEIRA BONATTO FAIRBANKS(EFAIRBAN@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27	
CO: EMILIA APARECIDA DOS SANTOS(EADSANTO@trf3.jus.br)			
CO: EVALDO TOMAZELLA(ETOMAZEL@trf3.jus.br)			
CO: FERNANDA FINATTI DOCA(FKALLEDE@trf3.jus.br)			
CO: FRANCISCO HERMINIO ZENEZI LONGO(FHZLONGO@trf3.jus.br)			
CO: GERSON MARCOS MORGADO(GMORGADO@trf3.jus.br)			
CO: HUGO GUERRATO NETTO(HGUNETTO@trf3.jus.br)			
CO: HUMBERTO VALENTE LEONARDI(HLEONARD@trf3.jus.br)			
CO: ISILDINHA NATAL LOPES(INANATAL@trf3.jus.br)			
CO: JAQUELINE DE FREITAS PERES(JFPRODRI@trf3.jus.br)			
CO: JOAO FRANCISCO AMARANTE(JAMARANT@trf3.jus.br)			
CO: JOEL DE ALMEIDA VALDOSKI(JVALDOSK@trf3.jus.br)			
CO: LUIS CARLOS DA SILVEIRA(LCSILVEI@trf3.jus.br)			

CO: LUIZ MEIRELLES(LMEIRELL@jfsp.jus.br)		
CO: MARCOS AUGUSTO RIBEIRO VINAGRE(MVINAGRE@trf3.jus.br)		
)		
CO: MARCOS EDUARDO GIUNTI(MEGIUNTI@trf3.jus.br)		
CO: MARIA CRISTINA LELLIS(MLELLIS@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
CO: RINALDO BELUCCI(RBELUCCI@trf3.jus.br)		
CO: ROBERTA KORONFLI(RKORONFL@trf3.jus.br)		
CO: ROSA ANGELA VERCEZI SERTORIO(RAGARCIA@trf3.jus.br)		
CO: ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS(RASMFERR@trf3.jus.br)		
CO: URANIA LOURENCO HIROKADO(UHIROKAD@trf3.jus.br)		
CO: YAMARA MOYSES DA SILVEIRA(YSILVEIR@trf3.jus.br)		
 PO-A-03.DOM-HUB-A	Entregue	09/01/2020 12:27
CO: ADILSON OLIVEIRA ROSA(AOLIROSA@trf3.jus.br)		
CO: CARLOS ALBERTO GRISPINO(CGRISPIN@trf3.jus.br)		
CO: CILMARA MARQUES PAULON CAPOZZI(CCAPOZZI@trf3.jus.br)		
CO: DANILO SIQUEIRA(DSIQUEIR@trf3.jus.br)		
CO: DOUGLAS MARCHESANI PEREIRA(DPEREIRA@trf3.jus.br)		
CO: EDILSON CIRELLO(ECIRELLO@trf3.jus.br)		
CO: EDUARDO STRECKER OKAMOTO(EOKAMOTO@trf3.jus.br)		
CO: ELENARA MACHADO RUIZ SPERIDIAO(ELMARUIZ@trf3.jus.br)		
CO: ELISABETE CAMARGO OBICI(ECAOBICI@trf3.jus.br)		
CO: FABIANO RIGHI(FABRIGHI@trf3.jus.br)		
CO: IRIVAM ROBERTO PELEGRINI(IPELEGRI@jfsp.jus.br)		
CO: JOAO FRANCISCO GONCALVES(JFALVES@trf3.jus.br)		
CO: JOSE CARLOS TORRES(JCTORRES@trf3.jus.br)		
CO: LOURIVAL GOMES BARRETO(LBARRETO@trf3.jus.br)		
CO: MARCELA XIMENES VIEIRA DOS SANTOS(MXIMREIS@trf3.jus.br)		
CO: MARCELO TOLAINE PAFFETTI(MPAFFETT@trf3.jus.br)		
CO: MARCO TULIO BORGES DA SILVA CORDEIRO(MCORDEIR@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
CO: MARIA DE FATIMA RODRIGUES FIGUEIREDO(MFIGUEIR@trf3.jus.br)		
CO: ROBERTO CARLOS DE LIMA(RCDELIMA@trf3.jus.br)		
CO: ROSEMEIRE MENDONCA DE ARAUJO(RMARAUJO@trf3.jus.br)		
CO: SILVIO DE MELO PATERNIANI(SPATERNI@trf3.jus.br)		
CO: SILVIO GABBRIELLESCHI FILHO(SGAFILHO@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
CO: VANDA APARECIDA DE LIRA ROSA CIUTTI(VCIUTTI@trf3.jus.br)		
)		
CO: WAGNER THOMAZ DE FREITAS CINTRA(WTCINTRA@trf3.jus.br)		
CO: WALKIRIA KUSZNIR(WKUSZNIR@trf3.jus.br)		
CO: WALTER BASTOS VON BRUCK LACERDA(WLACERDA@trf3.jus.br)		
 PO-A-04.DOM-HUB-A	Entregue	09/01/2020 12:27
CO: ADRIANA RODRIGUES FERRAZ MACHADO(ARMACHAD@trf3.jus.br)		
CO: ANDREIA ALEGRETTI BOTTCHER(ABOTTCHER@trf3.jus.br)		
CO: CARLOS ROBERTO HEREDIA(HEREDIA@trf3.jus.br)		
CO: CASSIANE GOTUZO SEABRA QUEIROZ(CQUEIROZ@trf3.jus.br)		
CO: DARCY ANTONIO FLORIM(DAFLORIM@trf3.jus.br)		
CO: ELAINE RAGGIOTTO BOSCONI(EBOSCON@trf3.jus.br)		
CO: ELIANA DE SOUZA(ELDESOUZ@trf3.jus.br)		

CO: ELISABETH PEREIRA DE MIRANDA JOSEFOVICH(EJOSEFOV@trf3.jus.br)		
CO: ERICLES DE ANDRADE CARDOSO(EACARDOS@trf3.jus.br)		
CO: GERALDO PAULO PEREIRA DE DEUS(GPAUDEUS@trf3.jus.br)		
CO: GILBERTO ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR(GAJUNIOR@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
)		
CO: GILSON LUIZ BATISTA(GLBATIST@trf3.jus.br)		
CO: IARA REGINA CAVALI SILVA(ICASILVA@trf3.jus.br)		
CO: IVAN PEDRO LEITE TURELLA(ITURELLA@trf3.jus.br)		
CO: JOSIAS DIAS EZEQUIEL(JEZEQUIE@trf3.jus.br)		
CO: LELIO GUIMARAES VIANNA(LGVIANNA@trf3.jus.br)		
CO: LUIZ ROGERIO ROLLO(LROROLLO@trf3.jus.br)		
CO: MARCELO RODRIGUES FERNANDES(MRFERNAN@trf3.jus.br)		
CO: MIATA MARTINS DE ANDRADE(MDANDRAD@trf3.jus.br)		
CO: MONICA BISCONSIM FERRERO SANCHEZ(MSANCHEZ@trf3.jus.br)		
CO: OSWALDO BARBOZA SOBRINHO(OSOBRINH@trf3.jus.br)		
CO: ROSA MARIA DA SILVEIRA(RSILVEIR@trf3.jus.br)		
CO: SOLANGE BARBOSA LEMOS MACHADO(SBALEMOS@trf3.jus.br)		
CO: SOLANGE MOREIRA CHADI(SOMCHADI@trf3.jus.br)		
 bol.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: alfredo-edson@bol.com(alfredo-edson@bol.com)		
 bol.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: celinoantonio@bol.com.br(celinoantonio@bol.com.br)		
CO: ellen.citta@bol.com.br(ellen.citta@bol.com.br)		
CO: faustac@bol.com.br(faustac@bol.com.br)		
CO: luformigari@bol.com.br(luformigari@bol.com.br)		
CO: m.toledo2010@bol.com.br(m.toledo2010@bol.com.br)		
CO: nalips@bol.com.br(nalips@bol.com.br)		
CO: valdomart@bol.com.br(valdomart@bol.com.br)		
 globomail.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: florm@globomail.com(florm@globomail.com)		
 gmail.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: alziratamashiro@gmail.com(alziratamashiro@gmail.com)		
CO: analupfonseca08@gmail.com(analupfonseca08@gmail.com)		
CO: anezio.sanches.pinheiro@gmail.com(anezio.sanches.pinheiro@gmail.com)		
CO: aparecidatrindade43@gmail.com(aparecidatrindade43@gmail.com)		
)		
CO: baguncely@gmail.com(baguncely@gmail.com)		
CO: baicom.pereira@gmail.com(baicom.pereira@gmail.com)		
CO: carmemdavola@gmail.com(carmemdavola@gmail.com)		
CO: carmen.s.cavalcante@gmail.com(carmen.s.cavalcante@gmail.com)		
)		
CO: carmensgomes1@gmail.com(carmensgomes1@gmail.com)		
CO: cidoargolo@gmail.com(cidoargolo@gmail.com)		
CO: cleusafabio2@gmail.com(cleusafabio2@gmail.com)		
CO: conniefranchiprado@gmail.com(conniefranchiprado@gmail.com)		
CO: crosemeirecarvalho@gmail.com(crosemeirecarvalho@gmail.com)		
CO: custodih@gmail.com(custodih@gmail.com)		
CO: descicco@gmail.com(descicco@gmail.com)		
 PO-A-04.DOM-HUB-A	Entregue	09/01/2020 12:27

CO: SILVIA CRISTINE SAMOGIN(SSAMOGIN@trf3.jus.br)		
CO: SONIA REGINA FERNANDES DA SILVA(SRESILVA@trf3.jus.br)		
CO: VANILDA SAKAMOTO(VSAKAMOT@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
CO: WILSON ANTONIO ALVES FILHO(WAFILHO@trf3.jus.br)		
 PO-A-05.DOM-HUB-A	Entregue	09/01/2020 12:27
CO: ANA MARIA FINAMOR PFEIFER(APFEIFER@trf3.jus.br)		
CO: ARNALDO BRAMBILLA JUNIOR(ABJUNIOR@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
CO: AZUIR SOARES(AZSOARES@trf3.jus.br)		
CO: BENEDITA ARACI FERREIRA ROCHA(BAFROCHA@trf3.jus.br)		
CO: CLARICE VERALDI DE TOLEDO(CDTOLEDO@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
CO: CLAUDIA MARIA ALVES FERREIRA DE GODOY(CMAGODOY@trf3.jus.br)		
CO: CRISTIANE MARIA MITIURA VITALE(CMVITALE@trf3.jus.br)		
CO: DEBORA PERINE DE ANDRADE(DEANDRAD@trf3.jus.br)		
CO: EDISSON JOAQUIM DOS SANTOS(EJOSANTO@trf3.jus.br)		
CO: ELAINE AMARAL(ELAMARAL@trf3.jus.br)		
CO: ERLON SAMPAIO DE ALMEIDA(EDALMEID@trf3.jus.br)		
CO: HILZE MARIA SIMOES OLIVEIRA(HMOLIVEI@trf3.jus.br)		
CO: IVONE BATISTA DA SILVA(IBDSILVA@trf3.jus.br)	Download por Terceiros	09/01/2020 12:27
CO: LINO HEBERT BONASSI QUINELATO(LQUINELA@trf3.jus.br)		
CO: MARCIO LUIZ PIRES(MPIRES@trf3.jus.br)		
CO: MAURA HIROMI FUJITO URQUIZA(MHFURQUI@trf3.jus.br)		
CO: NELSON ESCHER(NEESCHER@trf3.jus.br)		
CO: REGINA CELIA THEREZA BARBOSA(RCBARBOS@trf3.jus.br)		
CO: SOLANGE SOUZA CAMPOS(SSCAMPOS@trf3.jus.br)		
CO: VERA HELENA DE OLIVEIRA ALAMBERT(VALAMBER@trf3.jus.br)		
CO: VLADIMIR BALICO(VBALICO@trf3.jus.br)		
 PO-B-03.DOM-HUB-B	Entregue	09/01/2020 12:27
Para: ADMSP - SECAO DE CONTAGEM DE TEMPO - SUTM(ADMSP-SUTM@trf3.jus.br)		
 gmail.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: dodinha778@gmail.com(dodinha778@gmail.com)		
CO: dorvalinosignor@gmail.com(dorvalinosignor@gmail.com)		
CO: eliasmonho@gmail.com(eliasmonho@gmail.com)		
CO: ester.nogueira@gmail.com(ester.nogueira@gmail.com)		
CO: evadamasceno@gmail.com(evadamasceno@gmail.com)		
CO: evisanto@gmail.com(evisanto@gmail.com)		
CO: fatimagodoy1008@gmail.com(fatimagodoy1008@gmail.com)		
CO: fernandodentello@gmail.com(fernandodentello@gmail.com)		
CO: gmiuelfernandes100@gmail.com(gmiuelfernandes100@gmail.com)		
CO: jcarlosbranco49@gmail.com(jcarlosbranco49@gmail.com)		
CO: jocelinaka@gmail.com(jocelinaka@gmail.com)		
CO: luisnovo1@gmail.com(luisnovo1@gmail.com)		
CO: m.inespugh@gmail.com(m.inespugh@gmail.com)		
CO: manavi-seg@gmail.com(manavi-seg@gmail.com)		
CO: marcofmeg@gmail.com(marcofmeg@gmail.com)		
CO: marileneleiko@gmail.com(marileneleiko@gmail.com)		
CO: marinalva.oliveira12@gmail.com(marinalva.oliveira12@gmail.com)		
CO: maursi@gmail.com(maursi@gmail.com)		

CO: meraci@gmail.com(meraci@gmail.com)		
CO: minharro.minharro@gmail.com(minharro.minharro@gmail.com)		
CO: mktoscano3@gmail.com(mktoscano3@gmail.com)		
CO: mtwloure@gmail.com(mtwloure@gmail.com)		
CO: neusamsouza@gmail.com(neusamsouza@gmail.com)		
CO: nicecovo@gmail.com(nicecovo@gmail.com)		
CO: niroalrpachiega@gmail.com(niroalrpachiega@gmail.com)		
CO: paulotmoreno@gmail.com(paulotmoreno@gmail.com)		
CO: pdfdasilva@gmail.com(pdfdasilva@gmail.com)		
CO: rolando.buss@gmail.com(rolando.buss@gmail.com)		
CO: ronaldobarbuy@gmail.com(ronaldobarbuy@gmail.com)		
CO: rosahryniewicz@gmail.com(rosahryniewicz@gmail.com)		
CO: rosakatsura1@gmail.com(rosakatsura1@gmail.com)		
CO: silvionatal49@gmail.com(silvionatal49@gmail.com)		
CO: susanlaudino@gmail.com(susanlaudino@gmail.com)		
CO: valdemagno@gmail.com(valdemagno@gmail.com)		
CO: vsmanfre@gmail.com(vsmanfre@gmail.com)		
CO: xptostar33@gmail.com(xptostar33@gmail.com)		
 gmail.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: reginas747@gmail.com.br(reginas747@gmail.com.br)		
 hotmail.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: agalfara@hotmail.com(agalfara@hotmail.com)		
CO: analuprado@hotmail.com(analuprado@hotmail.com)		
CO: arianribeiro2018@hotmail.com(arianribeiro2018@hotmail.com)		
CO: cacintra2008@hotmail.com(cacintra2008@hotmail.com)		
CO: claudiafaissola@hotmail.com(claudiafaissola@hotmail.com)		
CO: debenedettocabral@hotmail.com(debenedettocabral@hotmail.com)		
)		
CO: deboradelnero@hotmail.com(deboradelnero@hotmail.com)		
CO: ednomariano@hotmail.com(ednomariano@hotmail.com)		
CO: estherbacick@hotmail.com(estherbacick@hotmail.com)		
CO: helenarodrigues22@hotmail.com(helenarodrigues22@hotmail.com)		
)		
CO: jr.aysa@hotmail.com(jr.aysa@hotmail.com)		
CO: lourivalduarte@hotmail.com(lourivalduarte@hotmail.com)		
CO: mariadapazsilvadaluz@hotmail.com(
mariadapazsilvadaluz@hotmail.com)		
 hotmail.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: mariceliaborges@hotmail.com(mariceliaborges@hotmail.com)		
CO: marisafar2004@hotmail.com(marisafar2004@hotmail.com)		
CO: mfujiwar@hotmail.com(mfujiwar@hotmail.com)		
CO: mllaide@hotmail.com(mllaide@hotmail.com)		
CO: nilva_castro@hotmail.com(nilva_castro@hotmail.com)		
CO: noelourenco@hotmail.com(noelourenco@hotmail.com)		
CO: r.toledo@hotmail.com(r.toledo@hotmail.com)		
CO: sidneiviana@hotmail.com(sidneiviana@hotmail.com)		
CO: ta-ge@hotmail.com(ta-ge@hotmail.com)		
CO: valeriamarquesluiz@hotmail.com(valeriamarquesluiz@hotmail.com)		
)		
CO: vbeltram@hotmail.com(vbeltram@hotmail.com)		
CO: wvila99@hotmail.com(wvila99@hotmail.com)		
 hotmail.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: valter.rogerio@hotmail.com.br(valter.rogerio@hotmail.com.br)		

 icloud.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: nalual10@icloud.com(nalual10@icloud.com)		
 ig.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: anachebel@ig.com.br(anachebel@ig.com.br)		
CO: jocelynsilva@ig.com.br(jocelynsilva@ig.com.br)		
CO: leonam.agocruz@ig.com.br(leonam.agocruz@ig.com.br)		
CO: lucycarlucchi@ig.com.br(lucycarlucchi@ig.com.br)		
CO: lusepama@ig.com.br(lusepama@ig.com.br)		
CO: marciodiefenthaler@ig.com.br(marciodiefenthaler@ig.com.br)		
 live.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: vanderli.ferreira@live.com(vanderli.ferreira@live.com)		
 mac.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: magu_@mac.com(magu_@mac.com)		
 msn.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: tssantos1@msn.com(tssantos1@msn.com)		
 outlook.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: uttegae@outlook.com(uttegae@outlook.com)		
 terra.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: angelo.hm@terra.com.br(angelo.hm@terra.com.br)		
CO: claircovo@terra.com.br(claircovo@terra.com.br)		
CO: CROHI@TERRA.COM.BR <CROHI@terra.com.br>(CROHI@terra.com.br)		
CO: fgalmeid@terra.com.br(fgalmeid@terra.com.br)		
CO: jjmgarcia@terra.com.br(jjmgarcia@terra.com.br)		
CO: juremapaiva@terra.com.br(juremapaiva@terra.com.br)		
CO: leonilda.araujo@terra.com.br(leonilda.araujo@terra.com.br)		
CO: luiz.tenente@terra.com.br(luiz.tenente@terra.com.br)		
CO: msgigliotti@terra.com.br(msgigliotti@terra.com.br)		
CO: oliveiraraz@terra.com.br(oliveiraraz@terra.com.br)		
CO: silas.muzy@terra.com.br(silas.muzy@terra.com.br)		
CO: srj.falanga@terra.com.br(srj.falanga@terra.com.br)		
CO: tmaria3474@terra.com.br(tmaria3474@terra.com.br)		
CO: vinalux@terra.com.br(vinalux@terra.com.br)		
 uol.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: aurea.aiello@uol.com.br(aurea.aiello@uol.com.br)		
CO: bca.c@uol.com.br(bca.c@uol.com.br)		
CO: bel.rosi28@uol.com.br(bel.rosi28@uol.com.br)		
CO: edisonfigueiredo@uol.com.br(edisonfigueiredo@uol.com.br)		
CO: fernandafon@uol.com.br(fernandafon@uol.com.br)		
CO: hidehaki.nagata@uol.com.br(hidehaki.nagata@uol.com.br)		
CO: jbatistasoares@uol.com.br(jbatistasoares@uol.com.br)		
CO: luafel@uol.com.br(luafel@uol.com.br)		
CO: lucindobaptista@uol.com.br(lucindobaptista@uol.com.br)		
CO: ma-pedroso@uol.com.br(ma-pedroso@uol.com.br)		
CO: md.morgado@uol.com.br(md.morgado@uol.com.br)		
CO: mhcas@uol.com.br(mhcas@uol.com.br)		
 uol.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: mmpontara@uol.com.br(mmpontara@uol.com.br)		

CO: msin@uol.com.br(msin@uol.com.br)		
CO: nakashima.adm@uol.com.br(nakashima.adm@uol.com.br)		
CO: normal@uol.com.br(normal@uol.com.br)		
CO: paulofabian@uol.com.br(paulofabian@uol.com.br)		
CO: sandracpeixoto@uol.com.br(sandracpeixoto@uol.com.br)		
CO: silsibacci@uol.com.br(silsibacci@uol.com.br)		
CO: sucali@uol.com.br(sucali@uol.com.br)		
CO: tethelima@uol.com.br(tethelima@uol.com.br)		
 yahoo.com	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: irrochajr@yahoo.com(irrochajr@yahoo.com)		
 yahoo.com.br	Transferido	09/01/2020 12:27
CO: advbezerradecarvalho@yahoo.com.br(advbezerradecarvalho@yahoo.com.br)		
CO: anelisecar69@yahoo.com.br(anelisecar69@yahoo.com.br)		
CO: crissaadn@yahoo.com.br(crissaadn@yahoo.com.br)		
CO: deniseclucio@yahoo.com.br(deniseclucio@yahoo.com.br)		
CO: helenitadepaulagar@yahoo.com.br(helenitadepaulagar@yahoo.com.br)		
CO: ledafer2006@yahoo.com.br(ledafer2006@yahoo.com.br)		
CO: lmcadv@yahoo.com.br(lmcadv@yahoo.com.br)		
CO: marciocividanes@yahoo.com.br(marciocividanes@yahoo.com.br)		
CO: maserrazeli@yahoo.com.br(maserrazeli@yahoo.com.br)		
CO: nmsilva7@yahoo.com.br(nmsilva7@yahoo.com.br)		
CO: norma.regina1@yahoo.com.br(norma.regina1@yahoo.com.br)		
CO: sergiosafene@yahoo.com.br(sergiosafene@yahoo.com.br)		

Agências Postais

Agência Postal	Entregue	Rota
bol.com		bol.com
bol.com.br		bol.com.br
globomail.com		globomail.com
gmail.com		gmail.com
gmail.com		gmail.com
gmail.com.br		gmail.com.br
hotmail.com		hotmail.com
hotmail.com		hotmail.com
hotmail.com.br		hotmail.com.br
icloud.com		icloud.com
ig.com.br		ig.com.br
live.com		live.com
mac.com		mac.com
msn.com		msn.com
outlook.com		outlook.com
PO-A-01.DOM-HUB-A	09/01/2020 12:27	trf3.jus.br
PO-A-02.DOM-HUB-A	09/01/2020 12:27	trf3.jus.br
PO-A-03.DOM-HUB-A	09/01/2020 12:27	trf3.jus.br
PO-A-04.DOM-HUB-A	09/01/2020 12:27	trf3.jus.br
PO-A-04.DOM-HUB-A	09/01/2020 12:27	trf3.jus.br
PO-A-05.DOM-HUB-A	09/01/2020 12:27	trf3.jus.br
PO-B-03.DOM-HUB-B	09/01/2020 12:27	trf3.jus.br
terra.com.br		terra.com.br
uol.com.br		uol.com.br
uol.com.br		uol.com.br
yahoo.com		yahoo.com

yahoo.com.br

yahoo.com.br

Arquivos

Arquivo	Tamanho	Data/Horário
MENSAGEM	1 KB (1760 Bytes)	09/01/2020 12:27
SEI_TRF3 - 5320232 - Despacho.pdf	28 KB (29373 Bytes)	03/01/2020 17:57
SEI_TRF3 - 5330294 - Decisão.pdf	18 KB (18819 Bytes)	03/01/2020 17:57
TEXT.htm	2 KB (2102 Bytes)	09/01/2020 12:27

Opções

A Ser Entregue: Imediatamente
Assunto não revelado: Não
Data de Vencimento: Nenhuma
Exclusão Automática: Não
Notificar Destinatários: Sim
Prioridade: Normal
Resposta Solicitada por: Nenhuma
Segurança: Normal

Id do Registro

Id do Registro:	5E171C3D.DOM-HUB-B.PO-B-04.100.1777739.1.10086.1
Id de Registro Comum:	5E171C3D.DOM-HUB-B.PO-B-04.200.2000062.1.461B8.1



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
3º e 4º andar

DESPACHO Nº 5428477/2020 - DFORS/SP/UGEP/NUAF

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5428477

Ciente das providências adotadas pelo Núcleo de Administração Funcional constantes no documento 5420015, encaminho o presente à SADM-SP.



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Miluzzi, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SJSP**, em 09/01/2020, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5428477** e o código CRC **9E47572A**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5428477v6



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - - www.jfsp.jus.br
4º andar

DESPACHO Nº 5429325/2020 - DFORSP/SADM-SP/UGEP

Processo SEI nº 0034117-87.2019.4.03.8000

Documento nº 5429325

Nos termos da informação NUA 5420015 e Despacho NUA 5428477, restituo os autos à DAUP/UAUD do E. TRF da 3ª Região.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena de Almeida Santos, Diretora da Secretaria Administrativa da SJSP**, em 09/01/2020, às 20:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5429325** e o código CRC **CAE87775**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5429325v3



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO

Rua Peixoto Gomide, 768 - Bairro Jardim Paulista - CEP 01409-903 - São Paulo - SP - www.jfsp.jus.br
4º andar

ENCAMINHAMENTO

Por entender pertinente, envio os autos para ciência do Núcleo de Controle Interno acerca das providências tomadas pela UGEP/NUAF (docs. SEI 5420015, 5420047 e 5420061), uma vez que o expediente já havia sido encaminhado a essa Unidade.



Documento assinado eletronicamente por **Cintia Miluzzi, Diretora da Subsecretaria de Gestão de Pessoas da SJSP**, em 09/01/2020, às 23:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf3.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5432326** e o código CRC **15F74AC7**.

0034117-87.2019.4.03.8000

5432326v2